

Estilhaços do regime militar

Além da perseguição a professores e estudantes, violência simbólica e comprometimento da qualidade da escola pública estão entre os males feitos pela ditadura à educação



EDUCADORES EM BUSCA DA VERDADE

Comissão instaurada pela Contee contribuirá para apurar violação dos direitos humanos nas instituições de ensino

MENTIRA PERPETUADA

Colégios militares insistem na tese da 'revolução' de 1964

PRIVATIZAÇÃO E DITADURA

Pesquisador espanhol mostra relação entre os regimes ditatoriais e o incentivo ao setor privado

SUMÁRIO

3 EDITORIAL

Pela verdade, pela democracia

18 CURTAS DAS FILIADAS

44 CURTAS DA CONTEE

47 EM ALTA, EM BAIXA

49 DICAS CULTURAIS



13 SINDICAL

Educadores em busca da verdade



16 SINDICAL/ARTIGO

50 anos do golpe militar no Brasil

41 INTERNACIONAL

A América e os modelos privatistas de educação



4 ENTREVISTA

Adércia Bezerra Hostin e Nara Teixeira de Souza, coordenadoras das secretarias de Assuntos Educacionais e Assuntos Institucionais da Contee

33

JURÍDICO/ARTIGO

A farsa que se transformou na maior tragédia do Brasil



30 PERFIL

Trajano Jardim, diretor do Sinproep-DF



19 CAPA

Estilhaços do regime militar: o mal feito à educação

26 O legado da ditadura na educação



36

EDUCACIONAL

A perpetuação de uma mentira



EXPEDIENTE

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

Editora e jornalista responsável:

Táscia Souza – MTb 11.920/MG

Colaboração: Patrícia Botelho

Projeto gráfico e diagramação:

Cláudio Gonzalez - MOVIMENTO WEB E ARTES GRÁFICAS

A reprodução dos textos é autorizada.

Agradecemos a citação da fonte.

Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não necessariamente traduzem o posicionamento da Contee.

Nossos agradecimentos às entidades filiadas que colaboraram com esta publicação.

FALE CONOSCO

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONTEE

Endereço:

Setor de Rádio e TV – Sul
Quadra 701 – Bloco 2
Sala 436
Ed. Assis Chateaubriand
CEP 70340-906
Brasília/DF

Telefones:

(61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mails:

contee@contee.org.br e
conteudo@contee.org.br

Portal: www.contee.org.br



DIRETORIA EXECUTIVA

Coordenação-Geral

Madalena Guasco Peixoto

Secretaria-Geral

Cássio Filipe Galvão Bessa

Secretaria de Finanças

Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Comunicação Social

Cristina Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais

Adércia Bezerra Hostin

Secretaria de Formação

Wanderley Julio Quêdo

Secretaria de Políticas Sociais

Alan Francisco de Carvalho

Secretaria de Organização Sindical

José Ribamar V. Barroso

Secretaria de Políticas Sindicais

José Carlos Arêas

Secretaria de Assuntos Jurídicos

João Batista da Silveira

Secretaria de Assuntos Institucionais

Nara Teixeira de Souza

Secretaria de Gênero e Etnia

Rita de Fraga Almeida Zambon

Secretaria de Políticas Internacionais

Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria da Saúde do Trabalhador

Luiz Gambim

Secretaria de Juventude

Oswaldo Luiz Cordeiro Teles

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho

Ailton Fernandes

Alan Francisco de Carvalho

André Jorge Marcelino da Costa Marinho

André Luiz G. Cunha

Angelo Lacerda Rocha

Antonio Rodrigues da Silva

Aparecida de Oliveira Pinto

Cesar Gomes Araújo

Claudio Eduardo dos Santos

Claudio Jorge

Cristiano Leon Martins

Edson de Paula Lima

Geraldo Porfírio Pessoa

Gisele Vargas

João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho

José Jackson Bezerra (licenciado)

Juliano Pavesi Peixoto

Lygia Maria Batista Carretero

Manoel Henrique da Silva Filho

Maria das Graças de Oliveira

Maria Madalena Patrício de Almeida

Nivaldo Pinto Ferreira

Paulo Roberto Yamaçake

Robson Terra Silva

Rodrigo Pereira de Paula

Sérgio Roberto Scheffer

Tania Andrade Lima

Ulrich Beathalter

CONSELHO FISCAL

Idenes de Jesus Souza Cruz

Leonardo da Silva dos Santos Bastos

Wilson Melo Sodré

Pela verdade, pela democracia

Este é um ano para o Brasil passar a limpo sua história. Diante de eventos iminentes importantes, como a Copa do Mundo e as eleições para a Presidência da República, para os governos dos estados e do Distrito Federal e para as casas legislativas distrital, estaduais e federais, os olhos da nação se voltaram, nos últimos meses, não somente para o futuro, mas principalmente para o passado e para o que dele ainda se reflete na atualidade.

O aniversário de 50 anos do golpe civil-militar deflagrado em 1964, que instaurou 21 anos de um perverso e violento regime de exceção no país, é um momento crucial para assegurar o resgate da memória – incluindo aquela por tanto tempo encerrada nos arquivos da ditadura – e garantir que violações de direitos humanos como as praticadas pelas Forças Armadas brasileiras até 1985 nunca mais se repitam.

Esta também é uma ocasião para passar a limpo a educação brasileira e os fatos que afetaram seus trabalhadores. Por isso, a Contee instituiu a Comissão da Verdade dos Trabalhadores em Educação do Setor Privado de Ensino, a qual se destina a resgatar histórias das perseguições sofridas por professores, técnicos administrativos e dirigentes sindicais durante os anos de chumbo, a fim de que sejam exemplos do combate à tirania, que não pode ser esquecido.

Além disso, esta edição da CONTEÚDO faz ainda um retrospecto dos impactos nocivos da ditadura militar sobre o ensino, os quais vão além da violência física, contribuindo para o desmanche da escola pública e ferindo o que a educação tem de mais primordial: a capacidade de auxiliar na formação de pensamento crítico.

Muitas são as ditaduras “invisíveis” que a educação brasileira enfrenta hoje, desde a pressão de setores conservadores da sociedade – os mesmos que levaram os militares ao poder há 50 anos –, a qual impede o desenvolvimento pleno de uma escola pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada e sem discriminações de qualquer espécie, até o subjugo do poder econômico e do capital, responsável pela escancarada financeirização e desnacionalização do ensino superior e pela mascarada privatização da educação básica à custa de dinheiro público.

Esta é uma das contribuições da Contee para o debate; para que, quando falarmos em democracia, não precisemos fazê-lo, conforme apontou o escritor português José Saramago, apenas no plano formal. Ao contrário, que ela seja tão verdadeira quanto as verdades históricas que, neste instante, buscamos desvelar.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto

Coordenadora-geral da Contee

‘Que tipo de educação a gente tem?’

O golpe de 1964, que instaurou os 21 anos de ditadura no Brasil, provocou sérios impactos na educação, que ainda hoje são sentidos por quem atua nas salas de aula, nas instituições de ensino, nos movimentos estudantil e sindical de trabalhadores do setor. Mais do que resquícios de um modelo econômico, político e pedagógico, porém, o que a educação brasileira segue enfrentando são ditaduras “invisíveis” que vão desde o processo de financeirização do ensino – ditadura do consumo, do descartável e do lucro que transforma educação em mercadoria – até posturas extremamente conservadoras semelhantes às adotadas pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade – como a vista na tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara dos Deputados – que ainda impedem a promoção de um ensino que seja comprometido com a igualdade e o combate a todo e qualquer tipo de discriminação.

Neste bate-papo com a CONTEÚDO, as diretoras da Contee Adércia Bezerra Hostin, coordenadora da Secretaria de Assuntos Educacionais, e Nara Teixeira de Souza, coordenadora da Secretaria de Assuntos Institucionais, que acompanham de perto os debates referentes à educação em Brasília, falam sobre os diferentes tipos de ditadura enfrentados hoje e sobre o papel dos educadores na formação crítica das novas gerações.

Quais as ditaduras que afetam a educação hoje no Brasil?

Nara – A ditadura militar de 1964 com certeza ainda tem interferência na situação de hoje. Com os 50 anos do golpe militar, pudemos ver um pouco mais explícita essa questão. Lógico, sabemos que tem gente que apoiou a ditadura ou que era contra, mas acho que nessa descomemoração – ou comemoração por alguns grupos específicos – conseguimos visualizar melhor essas influências existentes. Por exemplo, acompanhando o PNE, principalmente no que toca essa discussão de gênero que acabou tendo uma repercussão muito grande, vimos a influência desses setores mais reacionários. Foi pela questão de gênero, mas vemos também que é uma concepção de classe. Concepções reacionárias que, pelo menos para nós, interferem de forma muito acentuada na sociedade. A gente vê o papel, por exemplo, da Igreja Católica e das outras religiões. São pontos de vista que perpassam a questão das religiões, mas também de todo um pensamento conservador no qual detectamos esse fundo de atraso de pensamento, de atraso de concepção de educação.

Antes do golpe de 1964, o governo Jango estava com várias propostas de reformas. Uma delas era a reforma educacional e, se ela tivesse sido aprovada, possivelmente o pensamento sobre educação na nossa sociedade seria outro. É um “se”, mas o que temos é a realidade concreta do golpe militar, o qual, com certeza, mudou muito a concepção de pensamento em educação. Fui criada nesse período. Nasci em 1969 e minha educação, até a oitava série, por exemplo, tinha uma concepção de louvor ao golpe militar. Participei de uma gincana de comemoração dos 20 anos da “revolução de 1964”. Isso me marcou muito, essa concepção anticomunista e reacionária da sociedade. Tive a felicidade de atuar no movimento estudantil e ver que o que me ensinaram na escola era uma história completamente mentirosa e equivocada, mas muitas pessoas da minha geração ou da geração um pouco anterior à minha, que foram educadas sob o signo

Fotos: Enio Fernandes e Leandro Freire



Nara Teixeira de Souza

Adércia Bezerra Hostin

“Se a reforma educacional tivesse sido aprovada, possivelmente o pensamento sobre educação na nossa sociedade seria outro. É um ‘se’, mas o que temos é a realidade concreta do golpe militar, o qual, com certeza, mudou muito a concepção de pensamento em educação”



Nara Teixeira de Souza



“Quando tu deixas que um currículo se aproprie desse movimento [religioso e conservador], tu estás impedindo que a sociedade avance significativamente numa revolução social para um mundo diferente, melhor, possível”

Adércia Bezerra Hostin, coordenadora da Secretaria de Assuntos Educacionais da Contee

dessa “revolução” – porque não era ditadura o que se estudava nas escolas –, trazem essa carga de ideia de sociedade na qual temos ainda uma dificuldade muito grande de discutir alguns temas importantes, como a questão do aborto. Hoje, milhares de mulheres morrem por conta de aborto mal feito, ficam estéreis... tudo isso porque a sociedade não discute esse tema.

De outro lado, temos a questão do tipo de educação que a gente quer. A Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), por exemplo – a Ubes particularmente, onde comecei a atuar – têm uma proposta, que já foi mudada ao longo dos anos, de uma “nova escola”. O que é essa nova escola? É uma mudança muito grande, por exemplo, no ensino médio, dentro do qual, temos ainda uma concepção de não saber para o que ele é. Ele educa para o quê, para o trabalho? Não educa. Para a cidadania? Também não. Então que tipo de educação esses jovens que cursam o ensino médio têm? Nas mudanças que aconteceram na educação, vimos também uma abertura muito grande ao capital. Então, hoje, grande parte das escolas, até boa parte das públicas, tem um sistema de apostila. E se

você pegar o que se está ensinando nas apostilas – eu trabalhava com um livro excelente de história e de repente me deram uma apostila –, não tem criticidade nenhuma.

E isso é um resquício do modelo ditatorial também, não? A imposição de um pensamento massificado.

Nara – Com certeza!

Adércia – Na verdade, isso que a Nara coloca muito tranquilamente, além de ser resquício da época da ditadura, é uma questão curricular. Há questões que a sociedade deixou transpor a época da ditadura para serem uma questão cultural. Hoje, por exemplo, a mulher tem uma soma triplicada das suas responsabilidades, porque há uma mudança de postura, mas ainda não há uma mudança total e cultural. E o que se trata dentro dessa estrutura é exatamente isso: uma mudança curricular. Observamos que as lutas são constantes. Lutamos para que se tire o ensino religioso, mas o grupo vai e o insere no currículo. Uma das bandeiras de luta da Contee é a garantia de uma educação pública, de qualidade, laica. E quando buscamos essa questão de ser laica, queremos garantir que o Estado também assegure

isso para a sociedade como um todo. Que a gente tenha essa opção. E que, no caso do setor privado, isso realmente venha a ser uma opção. Quando você insere o ensino religioso, você está mudando uma possível revolução realmente social. Questões de cunho religioso direcionam para todas essas outras questões pontualmente, porque são culturalmente muito fortes; o uso do contraceptivo, o aborto, a questão de gênero, isso tudo acaba inserido numa única questão. Então, quando tu deixas que um currículo se aproprie desse movimento, tu estás impedindo que a sociedade avance significativamente numa revolução social para um mundo diferente, melhor, possível.

Observamos também que, nessa questão curricular que vem enraizada desde a época da ditadura, essas amarras não foram rompidas. Quando olhamos para este contexto colocado desde as manifestações de junho do ano passado, vemos muitos jovens que foram para as ruas sem saber, muitas vezes, o que estavam fazendo e que agora fazem uma apologia à Marcha da Família, quando, na nossa época, estariam militando em movimentos sociais de mudança, para que o país fosse democrático.

Para vocês, enquanto professoras que lidam com essa juventude, que sentimento provoca pensar que, 50 anos depois do golpe, o país ainda necessita de uma reforma educacional e enfrenta discussões tão conservadoras quanto aquelas de 1964?

Nara – Aí é uma questão de classe mesmo. Não sofremos um golpe somente militar. Foi um golpe civil também. E aquele grupo que financiou e bancou politicamente todo o aparato do golpe é o grupo que estava naquele momento dominando nossa sociedade e que continua. O mesmo grupo. Muda às vezes uma coisinha ou outra nos discursos, mas o veio inteiro permanece o mesmo. Então, que tipo de educação a gente tem? Há um problema muito grande: hoje os nossos jovens são muito individualistas. Temos dificuldades de trazê-los para o movimento sindical. Temos dificuldade para inseri-los em algumas bandeiras que consideramos muito caras. Por quê? Porque muitos dos jovens estão preocupados com o quê? Com a sobrevivência direta e com as suas coisas de indivíduo. Não estão preocupados com uma transformação radical da sociedade. Aí tem a questão da educação. Que tipo de



“Não sofremos um golpe somente militar. Foi um golpe civil também. E aquele grupo que financiou e bancou politicamente todo o aparato do golpe é o grupo que estava naquele momento dominando nossa sociedade e que continua”

Nara Teixeira de Souza, coordenadora da Secretaria de Assuntos Institucionais da Contee



“Vivemos numa sociedade de consumo, daquilo que é consumido e descartado imediatamente. (...) Isso contaminou as relações e, inclusive, as bandeiras de lutas. (...) É quase como se nossas bandeiras de luta, nossas falas, nossos esforços estivessem passando pelo fast food”

Adércia Bezerra Hostin

educação foi dada nesse período todo? Não é uma educação voltada, como coloquei antes, a fazer uma discussão crítica da sociedade. E o que uma análise crítica rasa pode pôr em mudança? Que alternativa tem a sociedade? “Não tem, vou cuidar da minha vida.” O projeto de uma sociedade transformadora e igualitária – que para mim é uma sociedade socialista – não passa para muitas dessas pessoas. Se a sociedade não tem um sonho de transformação, ela não muda. Parece que o mundo é imutável. Para muitas pessoas é isso aqui mesmo, a gente vai fazer no máximo uma mudançazinha ou outra, mas mudar de fato a sociedade a grande parte dos jovens acha que não consegue. Ou então é pontual: o ônibus, a pauta que afeta diretamente o indivíduo.

Mesmo na chamada democracia, essa questão da posição individual é muito séria. Por exemplo, os grêmios estudantis, que são um espaço fundamental para nossos jovens começarem a fazer uma análise de intervenção política dentro da sua escola. Quantos grêmios estudantis realmente funcionam? Na educação privada, nem existem e, quando existem, estão atrelados. E isso atrapalha, porque, para exercer o processo fundamental de se achar como sujeito de transformação, não pode haver só um projeto de transformação, tem que ser um exercício prático de cidadania. E onde nossos jovens podem ter esse exercício prático de cidadania? Quais espaços existem hoje? São muito poucos. Alguns espaços eles não aceitam ter, porque acham que são conservadores ou, por outro lado, muito ligados à esquerda... Aí vão para um discurso de “sou contra tudo”, “nada presta”. E isso vai contra a nossa sociedade, porque você já não pensa que pode ter, como eu acredito, um projeto de transformação.

Como isso se reflete na luta em defesa da educação?

Nara – Em relação ao PNE, por exemplo, vimos meninos e meninas muito novos com bandeiras como “Sexo sim, gênero não”, “Mais educação, menos gênero”. Se a gente perguntar para esses meninos o que isso significa, eles não têm noção. Quase comprei uma briga com um menino que estava atrás de mim na votação porque, quando o Jean Willys entrou, o garoto disse assim: “Ó o ‘veado’ lá! E o ‘veado’ acha que sabe alguma coisa? O ‘veado’ é um idiota que não sabe nada”. Aí o outro: “O que é que esse povo acha? Esquerda não sabe nada, não tem educação. Esquerda nem estuda! Eles não têm noção de nada! São um bando de pessoas que não têm projeto nem estudam. Esquerda nem sabe o que é educação”. Olhei para a cara dele e falei: “Olha aqui: sou professora de história, mestre em educação, sou comunista. E, portanto, sou de esquerda. Estudei em escola pública a minha vida inteira, não sou rica, nunca fui rica, e estudei. E tenho muito orgulho de ser comunista. Que história é essa que você está falando para mim que esquerda e comunista não estudam? Acho que tive muito mais acesso à educação, facilitado por muitas coisas, e tenho uma compreensão de história muito maior do que você. Infelizmente, acho que está faltando você estudar um pouquinho mais de história e conhecer sua realidade.” O guri olhou para mim e saiu. Passou um pouquinho, ele foi embora. Por quê? Porque se você tiver oportunidade de confrontar o discurso...

Não tem contraposição.

Nara – Não tem.

Adércia – A verdade, para ser muito pontual, é que vivemos numa sociedade de consumo, daquilo que é consumido e descartado imediatamente. Ao mesmo tempo em que

eu consumo, eu descarto. Isso contaminou as relações e, inclusive, as bandeiras de lutas. Quero tudo o que é muito imediato, tudo o que está muito “na moda”. É quase como se nossas bandeiras de luta, nossas falas, nossos esforços estivessem passando pelo *fast food*. E como é que eu vejo que a educação entra nesse patamar? Por que a educação virou também esse grande debate daquilo que é imediato, daquilo que é rápido e daquilo que é individual? E por que hoje uma das principais bandeiras de luta da Contee é “Educação não é mercadoria”? Por esse panorama muito claro. Precisa-se disputar espaço; não se discutem mais as coletividades, aquilo que é necessário para um país melhor, soberano, para uma democracia que seja realmente democracia, que tenha avanço social e que seja de melhoria para aqueles que estão aqui e aqueles

que vão ficar. Então, quando a gente coloca que uma das principais bandeiras de luta da Contee é “Educação não é mercadoria”, é justamente por isso: porque a gente precisa romper com essa lógica do consumo imediato. De que eu não estou lá para disputar o vestibular porque eu preciso passar por cima do outro para ter uma melhor condição. Construimos uma ilusão de avanço. Nesses dez anos tivemos, sim, uma melhor distribuição de renda. Em contrapartida, tivemos uma falsa ilusão de que modificamos de classe social. E essa falsa ilusão nos tornou também mais hipócritas, no sentido de que, se avancei, não discuto mais questões importantes que são a segurança, a saúde e a educação pública. Essas bandeiras passam a não ser mais prioritárias, porque acho que minha apologia ao plano de saúde privado, à educação pri-

vada, à segurança privada me traz mais conforto e avanço. E não se faz mais a discussão sobre aquilo que seria o importante: os serviços públicos e as políticas públicas do país.

A escola não prepara para isso, principalmente as instituições privadas. A educação pública necessita de recursos imediatos para um avanço significativo e, no setor privado, é necessário romper com essa lógica do capital, que é a lógica do consumo, do descartável, do instantâneo, como se educação fosse só uma escada. Hoje observamos o marketing que as escolas fazem para que o aluno compre aquele produto de forma imediata. Se ele não gostar, pode trocar por outro, e outro, e outro. Isso também modifica a lógica dos educadores que estão nessas instituições de ensino. Observamos a fragilidade desses educadores e a dificuldade de discutir com eles



“Em termos de gestão democrática para o setor privado não conseguimos avançar. Por quê? Porque será que dentro de uma educação mercantilista, com influência do capital estrangeiro, há espaço para ter democracia?”

Nara Teixeira de Souza

temas como gestão democrática, formação, currículo. Existe uma resistência por parte até dos próprios trabalhadores em educação de aceitar a importância dessas bandeiras, porque, também na lógica do imediato e da troca, eles se sentem coagidos em avançar espaços.

Então, é importante buscar como se vai fazer uma ruptura com o que se está instalado de uma forma que, olhando de fora, parece definitiva. Entendemos que há uma necessidade imediata de fazer um rompimento e de cada vez mais deixar explícito quais são os vieses da história, o que isso pode nos ocasionar no futuro. As gerações futuras vão começar a sofrer com isso. Hoje observamos que as empresas tratam os funcionários da mesma forma como a gente vem sendo tratada desde o jardim de infância. E os pais usam muito desse subterfúgio com as instituições de ensino, de manipulá-las nesse sentido, quando entram na lógica de que educação é um mercado e que, se não diz respeito à família, pode, então, ser trocada.

Como se estivessem realmente vendendo e comprando um produto...

Nara – Isso. Uma coisa interessante que a Adércia falou e que eu lembrei é o seguinte: destacamos muito as manifestações que ocorreram o ano passado e tive a oportunidade de discutir, nesse período, com alguns professores, muitos até de escolas públicas, principalmente. Teve alguns momentos que presenciei que foram muito importantes nessa discussão. Em Cuiabá, queríamos sair com as bandeiras das nossas entidades. Falaram “partido não”, mas entidades... E aí, no processo todo, houve impedimento também das bandeiras de entida-



Edson Luiz,
estudante morto por
agentes da ditadura

des. Fui entrar com a bandeira da CTB e tomaram da mão, a bandeira do pessoal da CUT também. Em relação a essas bandeiras, não é só o que está escrito: UNE, Contee... São as nossas entidades, que têm um movimento histórico. No momento em que fizemos um ato na Assembleia – e isso me chocou muito – um companheiro meu estava segurando a bandeira da UNE e era jovem também. Nessa hora foi um monte de gente para cima dele: “Abaixa”. Ele: “Não abaixa”. “Abaixa”. “Não abaixa”. Na hora em que vi ele estava sozinho e fui para a frente dele, junto com uma outra companheira. Ficamos ele, eu e a menina. E o povo todo para cima: “Abaixa senão

a gente faz abaixar”. Estávamos cercados de meninos e meninas de 15, 18 anos... O guri segurando a bandeira da UNE e pensando: “Vou apanhar, mas não vou descer essa bandeira”. Nós, que viemos do movimento estudantil, sabemos o que significa aquela bandeira. É uma bandeira história, de resistência à ditadura militar! Era uma bandeira muito importante. Aí, num momento, meu marido chegou por trás e falou: “Desce que vocês vão levar porrada. Não vamos criar caso aqui, desce a bandeira”. Olhei para meu marido, meu olho começou a cair água... Falei: “Não, Miranda...”. E ele: “Desce que vocês vão apanhar”. Aí ele desceu a bandeira. Saí de lá

morrendo. Aí tinha um menino do meu lado que falou: “Que merda esse negócio dessa bandeira! Que diabo é isso?”. Olhei para a cara dele, putíssima, e perguntei: “Você sabe o que é UNE? UNE foi a entidade que lutou e na qual um monte de gente morreu para você estar aqui neste momento, para você falar um monte de merda no meu ouvido e eu ter que ouvir porque você tem direito. Como eu tenho direito de segurar a bandeira da minha entidade e ele também. E você está falando que ele não tem. Sabe quantos companheiros da sua idade ou um pouco mais velhos que você morreram por essa bandeira que você mandou descer? Você não sabe. Eu sei. Você devia ter vergonha de falar para esse menino descer essa bandeira.” O guri parou, olhou para mim e perguntou: “Você é professora de história?”. Falei: “Sou”. Aí ele parou, olhou de novo e falou: “Desculpa. Desculpa”. E saiu.

Ou seja: como estamos educando aqueles guris? O que é a bandeira da UNE, a bandeira da Contee, a bandeira das entidades para esses meninos? O que estamos ensinando para eles? Então, na hora em que falamos em educação, é isso. Aquele momento ali significou muito para mim, porque não é uma coisa pequena. É uma entidade representativa construída com a morte de muitos companheiros e companheiras... Não é a bandeira daquele menino que a estava segurando, não. São bandeiras nossas, históricas, que estamos nas ruas segurando. Muitos companheiros que estavam lá, professores, se questionaram: “O que estamos ensinando para esses guris?” Nada. Nada de fundamental. Estamos ensinando para eles que vale você se dar bem na vida.

Nunca pensei em ficar milionária nem deixar uma fortuna para minha filha. Sempre penso em deixar para ela conceitos de uma sociedade na qual eu acredito. Então, enquan-

to professora, na hora que vemos que não estamos conseguindo fazer isso com nossos alunos, dói muito. Aquele momento no ano passado me doeu e essa questão do PNE me dói enquanto mulher e enquanto professora, principalmente professora de história. Porque se perguntarmos para esse menino que estava segurando o cartaz “Gênero não” na Câmara, que eu considero absurdo, ele não vai saber discutir. E isso é o mais grave, porque se houvesse diálogo, se ele estivesse defendendo uma causa dele... Mas não é. Então, que educação estamos praticando? Como estamos educando nossos jovens para as futuras gerações? Porque tem que ser além de apertar botão. Não dá para ter um Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) que só ensina o cara a apertar botão ou usar uma máquina. Isso não serve, é pouco. Temos que educar para ser cidadão, para compreender a sociedade. E uma leitura de sociedade, de história, de sociologia a gente não tem conseguido, mesmo tendo colocado sociologia e filosofia no currículo.

Como professora, acho que esse debate sobre o que herdamos desse período de ditadura militar e também desse pequeno período que a gente tem de democracia mostra que temos conseguido pouco. A educação tem que ser transformada de maneira a, de fato, educar para a nova sociedade. Por isso, neste momento, é necessário discutirmos a reforma educacional e tantas outras reformas que consideramos importantes para a sociedade. Tenho certeza de que não vou fazer uma revolução nem ver uma sociedade socialista ou comunista... Mas gostaria muito que meu netinho de cinco anos, que eu amo de paixão, vivesse numa sociedade melhor. E que tivesse pelo menos a condição de fazer uma leitura diferente do que a maioria dessa juventude pensa. Queria que



“A educação pública necessita de recursos imediatos para um avanço significativo e, no setor privado, é necessário romper com essa lógica do capital, que é a lógica do consumo, do descartável, do instantâneo”

Adércia Bezerra Hostin

fosse crítico, que soubesse história, que soubesse discutir filosofia, sociologia, que fosse preparado para o mercado de trabalho, mas que fosse educado, principalmente, para ser cidadão. E isso não temos conseguido fazer plenamente por conta do modelo que herdamos da ditadura militar e cuja barreira não conseguimos ultrapassar. A gente fala ditadura militar, mas não são “os militares”, e sim aquele setor civil reacionário que continua no poder.

Qual a relevância de se refletir sobre essas questões neste ano eleitoral?

Adércia – Justamente por ser ano eleitoral, necessitamos discutir as plataformas de luta e de mudança, porque a cada movimento a gente observa também um afastamento de uma grande parte das pessoas que acreditam na mudança. Os trabalhadores têm desacreditado do projeto de mudança social. E cada vez mais vemos um acalanto, né? As pessoas vão se acostumando com esse modelo instalado e não buscam mais a mudança com a mesma força. Quando fazemos uma análise pontual de como está o movimento sindical, observamos que sempre o cenário é o mesmo, tem se cristalizado. E ouvimos também uma segunda fala, assim: “Não se preocupe, em todo lugar está igual”. Não! Os grandes momentos de mudança aconteceram quando não quisemos mais o igual. Precisamos romper essa lógica. Este é um ano importante, um ano em que se discute plataforma de governo e projetos para o Estado. Há uma necessidade também de ultrapassar aquilo que a gente busca como projeto para o governo e para o Estado, para a nação, para que se tenha uma continuidade, para que não seja um projeto estanque. Precisamos de conquistas duradouras, precisamos romper com a lógica de que o que aconteceu pode vir

a acontecer de novo. A gente não pode viver sob a sombra do medo, da dúvida. Aqueles que dizem que aquela forma foi “boa” não conseguiram compreender o que realmente significou, porque se mantiveram instalados tranquilamente em seus espaços. A ditadura passou por algumas pessoas e não mudou seu modo de ser. Os que eram ricos enriqueceram mais ainda, os que eram pobres ficaram miseráveis. E as pessoas perderam seu direito de ser, mudaram de identidade. É isso que queremos? Qual o projeto de governo que a gente quer discutir este ano? Quais são as plataformas de luta?

Temos que pensar também em deixar de discutir questões individuais e, cada vez mais, discutir o coletivo. Precisamos resgatar nossa identidade; cada trabalhador precisa entender que é um cidadão e que, sendo cidadão, tem direitos e alguns deveres, principalmente o dever de lutar pela mudança. Durante o regime militar, tínhamos pessoas obrigadas a partir sem avisar os parentes, mudar de identidade... Mas, se pensarmos um pouquinho, a cada dia a gente muda de identidade sem estar na época da ditadura, porque você rompe com seus princípios cada vez que o patrão faz você burlar um companheiro seu de trabalho, quando você coloca um professor que não está preparado para avançar nessa discussão, quando você não garante formação para aquele professor, quando – voltando ao que a Nara falava das cartilhas e dos apostilados – formata um aluno padrão, sem respeitar sequer as particularidades de cada uma das regiões onde esses alunos estão. E padrão de quê? Um suposto padrão de “qualidade” que se busca para uma sociedade e que não é uma sociedade alternativa. Precisamos de uma sociedade de mudança. Se na época da ditadura as pessoas perdiam a identidade porque tinham que mu-

dar de país, agora estamos perdendo-a dentro do nosso país, porque estamos sendo padronizados.

Essa é outra “herança” diretamente relacionada à campanha da Contee que vocês mencionaram, “Educação não é mercadoria”, porque, se o processo de financeirização data dos anos 2000, a opção de expansão via setor privado começa no governo militar...

Adércia – Temos observado esses conglomerados que vêm de fora do país se instalando ao redor e tomando força, passando por cima das características de cada uma das nossas regiões. O conglomerado não vem apenas se instalar e trazer uma educação de fácil acesso. Vem principalmente roubar aquilo que há de mais verdadeiro, que é a identidade dos cidadãos do nosso país. Essa formatação que vem sendo feita com os nossos jovens vai nos custar muito caro no futuro. Por isso é fundamental a discussão, neste ano, de uma das nossas principais bandeiras de luta: que se regule o setor privado e realmente o Estado assuma a obrigação de zelar pela educação. E que o setor privado seja de fato uma opção, e não a salvação para quem quer ultrapassar quem ficou na escola pública.

Nara – A gente que acompanha o PNE vê essa dificuldade em relação às nossas bandeiras. Estamos falando de democracia e educação e era uma proposta nossa de emenda, que foi aprovada na Conae, a garantia de gestão democrática. Mas em termos de gestão democrática para o setor privado não conseguimos avançar. Por quê? Porque será que dentro de uma educação mercantilista, com influência do capital estrangeiro, há espaço para ter democracia? Não tem. Então, essa posição de descrença de muitos companheiros que a Adércia coloca precisa ser modificada; a crença na mudança precisa ser resgatada. 



Ato no Tuca, em São Paulo, lembra vítimas da ditadura

Educadores em busca da verdade

Não existe educação sem memória e sem verdade. Também não há possibilidade de avanços sociais sem a possibilidade de organização dos trabalhadores por melhores condições socioeconômicas e conquista efetiva de direitos trabalhistas. No entanto, tanto as instituições de ensino quanto as entidades sindicais foram vítimas da repressão que se estendeu de 1964 a 1985, com perseguição a educadores e dirigentes.

Como entidade sindical que representa cerca de 1 milhão de professores e técnicos administrativos do setor privado de ensino, a Contee não poderia se furtar ao papel que se coloca à sociedade pelo me-

nos desde a instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no dia 16 de maio de 2012, e mais fortemente agora, com as “descomemorações” pelos 50 anos do golpe de 1964: o de contribuir para a recuperação de memórias acerca do período ditatorial, muitas vezes soterradas à força da repressão.

Por isso, a Confederação instaurou, no último dia 28 de março, em solenidade na Câmara Municipal de São Paulo, a Comissão da Verdade dos Trabalhadores em Educação do Setor Privado de Ensino, a fim de contribuir nacionalmente com o levantamento das violações aos direitos humanos de companheiros que atuavam em

instituições de ensino particulares e que tiveram suas aulas monitoradas, suas vidas devassadas, suas palavras registradas.

A coordenadora-geral da Contee, por exemplo, teve sua trajetória documentada em dossiê iniciado pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops) até mais de uma década após o fim da ditadura militar. O conjunto de documentos citava de forma impressionante sua trajetória, como participação em várias atividades, atuação na escola de quadros do partido e até suas falas em reuniões. “Fiquei até perplexa quando vi que tinham referência de atividades minhas até 1997, período neoliberal de FHC. Então, veja

bem como as forças da reação perduraram em atividade muito depois do fim da ditadura. Desmantelar essa prática não foi tarefa fácil e, por esse motivo, é muito importante ter uma presidenta que conhece de perto a reação e que teve a coragem de instaurar a Comissão da Verdade”, ressalta Madalena, em depoimento publicado no calendário especial “A mulher nos anos de chumbo” (leia mais na página 45).

Outro diretor que revelou recentemente à imprensa a perseguição sofrida no período militar foi Antonio Rodrigues, também dirigente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (Feteerj), demitido em 1969 do Centro Educacional de Niterói (CNE) por estar debatendo músicas de Geraldo Vandré com estudantes do então segundo grau. Na ocasião, uma orientadora educacional da escola disse à direção da instituição que o professor estaria fazendo “proselitismo político”. A ditadura estava dentro da própria escola. Já no início dos anos 1970, durante um seminário de profes-

res no Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi procurado por dois homens engravatados e com mosquetões nas costas. Como não sabiam sua aparência, ele conseguiu sair pelos fundos da escola, para a qual não retornou mais.

Esses são apenas dois casos, mas há outros, muitos, e são eles que a Comissão da Verdade instaurada pela Contee visa desenterrar. Os trabalhos estão sendo conduzidos por quatro membros, escolhidos pela Confederação: o ex-presidente da Contee e coordenador do Centro de Estudos Sindicais (CES), Augusto Petta; a primeira-secretária da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiás e representante da União Brasileira de Mulheres (UBM) no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e no Fórum Nacional de Educação (FNE), Lucia Rincón; o secretário de Imprensa e Comunicação do Sinproep-DF, Trajano Jardim; o diretor do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP), onde ocupa o cargo de procu-

rador, e da Plena da Contee, Ailton Fernandes, que é historiador. Cada um deles, seja por sua trajetória de luta contra o regime militar, sua militância no movimento sindical e social e/ou sua atuação profissional, já tem contribuído para o resgate histórico acerca dessas perseguições sofridas por professores e técnicos administrativos das instituições particulares de ensino.

Segundo Augusto Petta, “é muito importante que a Contee entre nesse movimento de luta pela reparação daquilo que afetou toda a sociedade brasileira”. “Os trabalhadores têm direito de saber o que aconteceu no Brasil.” Lucia Rincón, por sua vez, destacou que “a dimensão do ato [de instituição da comissão] é quase incomensurável”. “Não temos ideia do que aconteceu com os trabalhadores do setor privado de ensino naquele período; temos indícios. Mas temos certeza da dimensão humana, histórica e política, pelas pessoas atingidas”, acrescentou, frisando o papel das organizações envolvidas, entre as quais a Contee, no aprimoramento do processo democrático.

“É muito importante que a Contee entre nesse movimento de luta pela reparação daquilo que afetou toda a sociedade brasileira”

Augusto Petta

Lançamento da Comissão em ato na Câmara Municipal de São Paulo



Foto: Leandro Freire

Foto: Leandro Freire



A coordenadora-geral da Contee, Madalena Guasco, teve sua trajetória documentada em dossiê iniciado pelo Dops até mais de uma década após o fim da ditadura militar

Já Trajano Jardim considerou que “é uma iniciativa muito boa da Contee levantar essa história e ajudar a contá-la”. “E a gente tem que refazer esse caminho.”

Em função de seus horários de aulas, Ailton não pôde comparecer à cerimônia, mas sentenciou que “tudo o que a gente quer é a verdade”. “Se essas comissões que estão sendo constituídas aqui em vários setores da sociedade, incluindo a dos Trabalhadores em Educação do Setor Privado, servirem para resgatar essa verdade, aí, sim, posso dizer que a educação vai ganhar muito, porque a educação só avança sobre o piso da verdade.”

Trabalhando pela memória

A comissão instalada pela Contee não é a única formada com o objetivo de apurar os males cometidos contra os trabalhadores e sindicalistas brasileiros durante os anos de chumbo. Na própria CNV, há um grupo de trabalho dedicado a investigar as atitudes ditatoriais e a repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical. O GT é coordenado por Rosa Cardoso e dele fazem parte dez centrais sindicais.

Os trabalhos são orientados por 11 objetivos: levantamento dos sin-

dicatos que sofreram invasão e intervenção no golpe e após o golpe; investigação sobre quantos e quais dirigentes sindicais foram cassados pela ditadura militar; pesquisa sobre quais e quantos dirigentes sindicais sofreram prisão imediata ao golpe; levantamento da destruição do patrimônio documental e físico das entidades sindicais; investigação sobre prisões, tortura e assassinatos de dirigentes e militantes sindicais urbanos e rurais; vinculação das empresas com a repressão; relação do serviço de segurança das empresas estatais e privadas com a repressão e atuação das forças armadas; legislação antissocial e antitrabalhadores (lei de greve, lei do arrocho salarial, lei do fim da estabilidade no emprego, entre outras); levantamento da repressão às greves; tratamento dado à mulher trabalhadora durante a repressão; e levantamento dos prejuízos causados aos trabalhadores e suas entidades pelo regime militar para reparação moral, política e material.

A essas ações da CNV, a comissão instituída pela Contee, entre tantos outros aspectos, contribuirá decisivamente com o resgate histórico oficial, mas também com a história de vida dos trabalhadores em educação do setor privado. 

“Temos certeza da dimensão humana, histórica e política, pelas pessoas atingidas”

Lucia Rincón

“A gente tem que refazer esse caminho”

Trajano Jardim

“A educação só avança sobre o piso da verdade”

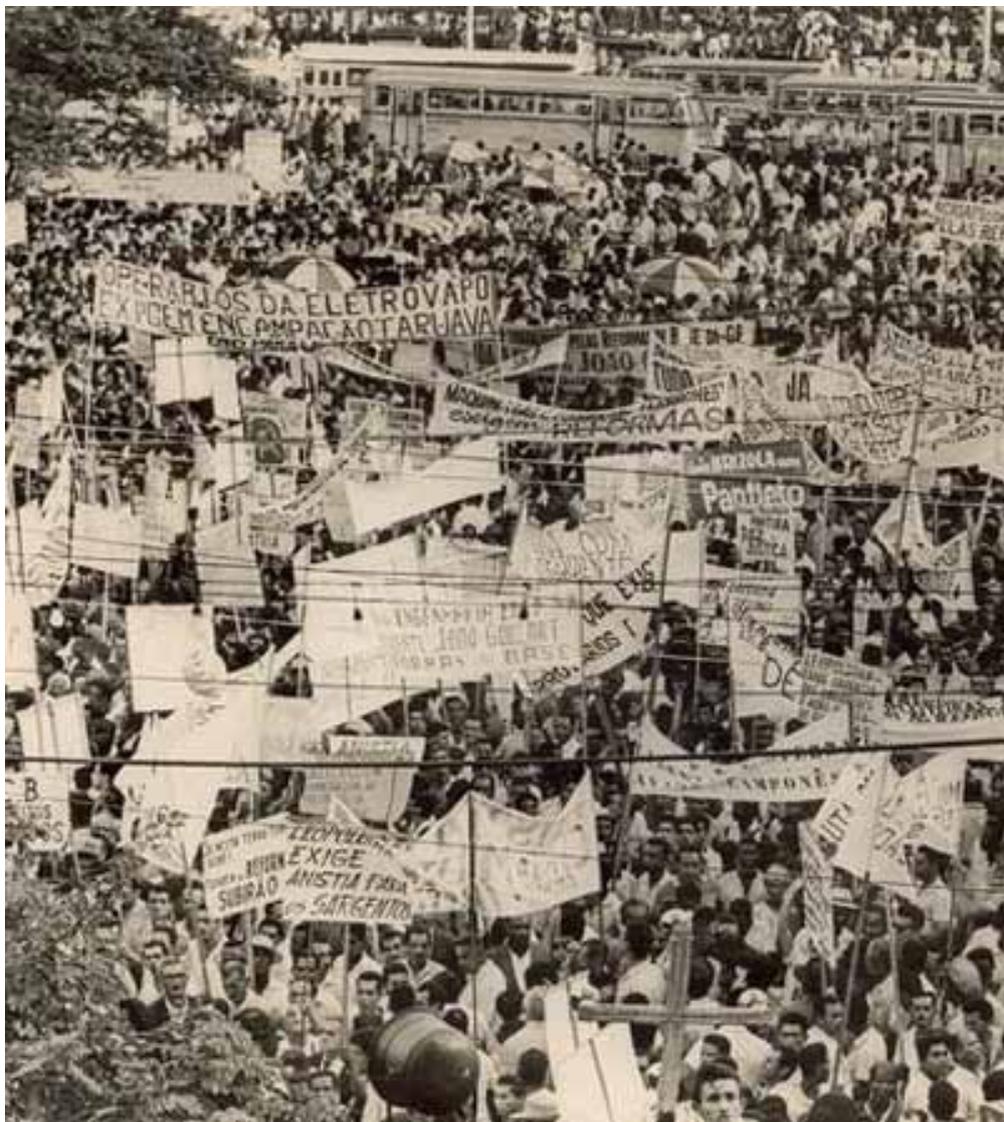
Ailton Fernandes

50 anos do golpe militar no

Wallace Melo Gonçalves Barbosa*

Em pleno contexto de um mundo bipolarizado em virtude das disputas oriundas da Guerra Fria, o Brasil, durante a década de 1960, passava pelo processo de reafirmação da democracia pós-ditadura varguista, com restabelecimento, no campo político, das atividades partidárias em paralelo à ascensão dos ideais desenvolvimentistas em seu panorama econômico. O presidente João Goulart, convencido da tarefa de concretizar as reformas de base que repactuassem questões ligadas à estrutura agrária e urbana no país, manteve, durante o seu governo, uma aproximação com organizações sociais, entidades estudantis (UNE), sindicalistas e camponeses (Ligas Camponesas), apresentando à sociedade uma plataforma de governo com fortes intensões de se efetivar a renegociação da dívida externa, controle da remessa dos lucros das empresas estrangeiras, reformas administrativas, bancárias, da previdência social, da educação, congelamento do preço dos aluguéis, como também a necessidade de se regulamentar o direito de greve e a nacionalização das concessionárias de serviços públicos.

Entretanto, esse perfil “popular”, ligado à figura do presidente João Goulart, gerou certas inquietudes para as elites empresariais e latifundiárias, além de contrariar o projeto estadunidense de hegemonia sobre a América Latina. O medo de uma ascensão comunista ou da possível implantação de um regime socialista semelhante ao modelo cubano foi amplamente reproduzido no interior de tais setores conservadores, radicalizando assim as posições entre a esquerda e a direita.



O clima de instabilidade se ampliou após o comício organizado pelas forças políticas aliadas ao presidente no dia 13 de março na Estação da Central do Brasil (Rio de Janeiro). Na ocasião, Jango pactuou com a sociedade brasileira a necessidade de se efetivar as reformas de base e também assinou, na frente de milhares de cidadãos, o decreto que nacionalizava as refinarias particulares e desapropriava terras situadas às margens das ferrovias e das rodovias. É válido pontuar que figuras como Miguel Arraes, Leonel Brizola e Francisco Julião também foram

importantes para o estabelecimento dessa quadra democrática e popular no país.

Por outro lado, os grupos conservadores e demais setores ligados à classe média reagiram ao comício organizado por Jango quase que de maneira imediata. No dia 19 de março, na cidade de São Paulo, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo cerca de 500 mil defensores de concepções contrárias às posturas do governo federal. A partir daí, era nítido que a sociedade – dentro da perspectiva política – estava dividida. E nesse momento

Brasil



O clima de instabilidade se ampliou após o comício organizado pelas forças políticas aliadas ao presidente João Goulart no dia 13 de março na Central do Brasil (Rio de Janeiro)

de encruzilhada histórica, a elite dominante (a mesma que levou o presidente Getúlio Vargas ao suicídio), a fim de garantir a supremacia dos interesses latifundiários, imperialistas e dos grandes empresários em detrimento às reformas de base que mobilizavam os mais amplos e avançados setores populares, começou a pôr em prática o que seria a mais longa ditadura implantada no país.

O comando das Forças Armadas tornou-se a principal ferramenta para travar as políticas democráticas e desenvolvimentistas implantadas no Brasil. Orientados pelo governo norte-americano e pelas elites nacionais, os militares, a partir dos quartéis de Minas Gerais, em 31 de março de 1964 expropriaram do povo as instituições políticas e solidificaram, nos 21 anos subsequentes, um governo pautado pela falta de democracia, supressão dos direitos humanos, censura, perseguição, intervenções em sindicatos, criminalização dos movimentos sociais, extinção dos partidos políticos, fechamento do Congresso Nacional e vários episódios de tortura, violência política e repressão aos setores opositores. Após o golpe, Jango deixou o país, refugiando-se no Uruguai. E no dia 9 de abril foi decretado o Ato Institucional Nº 1 (AI-1), que cassou mandatos (executivos e legislativos) dos opositores ao regime militar e deu início aos chamados “anos de chumbo”.

O golpe militar de 1964 foi a materialização política dos interesses das organizações de direita e dos demais setores conservadores, representantes diretos do autoritarismo no século passado, configurando-se como a mais longa ditadura imposta ao país. Um momento de retrocesso e interrupção do processo de instituição da democracia iniciado após o Estado Novo e um entrave às possibilidades de desenvolvimento social e econômico, paralelo à ocorrência de um contexto marcado pelos ideais imperialistas e antirrepublicanos.

Passado meio século do golpe e da instauração da ditadura militar, não erramos ao avaliar que as lições aprendidas pelo povo nos remetem ao constante estado de prontidão para que outros episódios como esses não se repitam nem tampouco maculem nossa história com o sangue dos inocentes. Derrotar a ditadura demandou esforços, sofrimento, resistência (pacífica e armada) e até mesmo a vida de inúmeros militantes, companheiros e camaradas que defendiam abertamente um projeto de nação alicerçado na democracia e soberania nacional. São esses os verdadeiros heróis da pátria. No entanto, o desafio de se implementar um conjunto de transformações capaz de estabelecer um panorama de maior desenvolvimento, justiça social e igualdade permanece vivo no cotidiano dos milhares de trabalhadores(as), estudantes, mulheres, jovens, negros(as) que ainda sentem o peso das contradições enraizadas na estrutura social. E, diante disso, é preciso restabelecer o compromisso de fortalecer as organizações populares e acumular mais forças a fim de garantir a construção de maiores avanços e melhorias para os milhões de brasileiros que compõem essa nação chamada Brasil. 🇧🇷

***Wallace Melo Gonçalves Barbosa**
é diretor do Sinpro Pernambuco



Foto: Sinpro Pernambuco

Sinpro JF participa do ato 'Ditadura nunca mais'

No dia 1º de abril o golpe militar no Brasil completou 50 anos. O Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (Sinpro JF) também foi às ruas junto com os diversos movimentos sociais e partidos que organizaram o ato “Golpe e ditadura nunca mais”, parte da programação do “Circuito 1964: Memória, história, cultura e resistência – 50 anos do golpe”.

A série de eventos culturais e manifestações foi organizada para lembrar o papel de Juiz de Fora nesse período sangrento da história do país. As “tropas de pijama” do general Olímpio Mourão Filho saíram da cidade do dia 31 de março para o dia 1º de abril e se prontificaram a derrubar o governo de João Goulart, que faria uma série de reformas essenciais para o país.

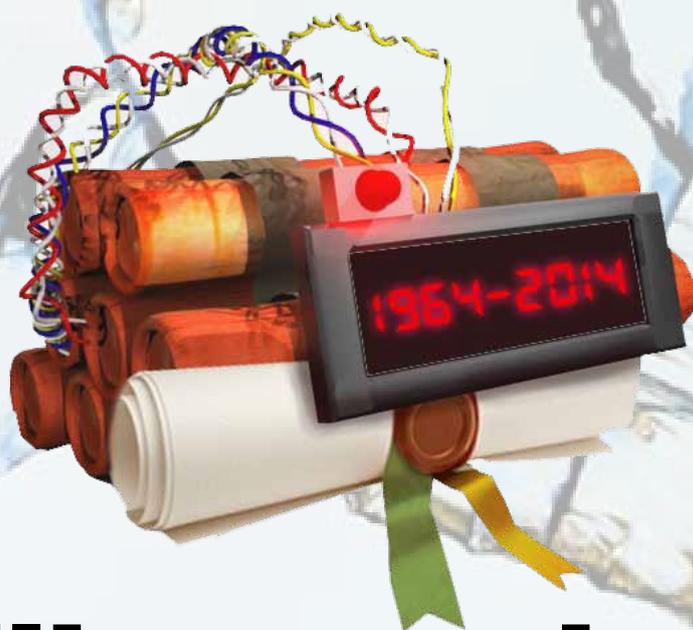
Os militares seguiam ordens da burguesia e da oligarquia agrária brasileira que, submissas ao imperialismo estadunidense, arquitetaram o golpe. As reformas de base que João Goulart propunha até hoje não foram efetivadas e os crimes da ditadura continuam impunes. Por isso, é dever das organizações que representam a classe trabalhadora rememorar e exigir justiça.

DO SINPRO JF



**DITADURA
NUNCA
MAIS**





Estilhaços do regime militar

Violência física e simbólica e comprometimento da qualidade da escola pública estão entre os males feitos pela ditadura à educação

Uma bomba. Talvez essa seja a metáfora mais apropriada para ilustrar o impacto do golpe militar sobre todos os aspectos da sociedade brasileira e, em particular, sobre a educação. As consequências físicas da explosão de violência e repressão são óbvias, haja vista o número de estudantes, professores e trabalhadores em estabelecimentos de ensino perseguidos, torturados, mortos. No entanto, há fragmentos de detonação menos visíveis a olho nu – o olho nu da suposta “normalidade” dos acontecimentos sociais – e que deixaram feridas graves. E abertas. É como as tais bombas de efeito moral tão presentes nos noticiários hoje em dia, usadas para reprimir manifestações como aquelas que ocorreram a partir de junho do ano passado ou aquelas sempre empreendidas pelos movimentos sociais ao longo de sua história.

Algumas medidas ditatoriais tiveram, de fato, o efeito – e o objetivo – desses “armamentos de distração”, ou seja, o de amedrontar e incapacitar. Sua fumaça obscureceu a visão crítica; seu clarão desorientou a capacidade do movimento pedagógico de interferir politicamente para a construção da soberania e do desenvolvimento social; seu gás lacrimogênio sufocou a escola pública; seus estilhaços despedaçaram a educação.

As consequências foram tão sérias que, nestes 50 anos do golpe de 1964, uma audiência pública na Câmara dos Deputados foi realizada no último dia 24 de abril para debater o desmantelamento do ensino público provocado pela ditadura. Os especialistas convidados para a discussão – o sociólogo Emir Sader, o professor de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) Sadi Dal Rosso, o presidente do Instituto Paulo Freire, Moacir Gadotti, o representante do PCdoB, Volnei Garrafa, e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcos Guerra – foram unânimes em apontar os impactos nefastos do controle da administração universitária, do exílio de professores, do comprometimento da qualidade da educação pública (aliado à ruptura de um modelo econômico de distribuição de renda atrelada ao arrocho salarial), da perda de qualidade na formação dos educadores, da mudança curricular (com a retirada de disciplinas cruciais para o desenvolvimento da reflexão crítica).

Em entrevista à CONTEÚDO e à TV Contee, o professor e ex-ministro da Educação Murílio Hingel, que comandou a pasta de 1º de outubro de 1992 a 1º de janeiro de 1995 e que, à época da derrubada do presidente João Goulart, era diretor da Faculdade de Filosofia e Letras (Fafile) de Juiz de Fora, em Minas Gerais, considera a pressão sobre o



ensino de nível superior, particularmente na área das humanidades, o pior dos resultados do movimento de 1964. “Porque, face a todo esse quadro, veio a suspensão dos diretórios acadêmicos, o fechamento dos diretórios centrais dos estudantes e realmente, encerrando esse ciclo, o fechamento da União Nacional dos Estudantes e até a demolição do prédio que servia de sede à UNE”, recorda. “O que isso significou? Significou que, dentro do ambiente universitário, DA, DCE, UNE, que eram espaços que propiciavam a discussão, o debate de políticas, de partidos e de formação de lideranças, ficaram fechados. Assim, o Brasil viveu um tempo bastante grande sem a possibilidade de formar lideranças que, quando da volta da democracia, poderiam ter exercido um papel importante, mas que não existiam, porque não tinham sido formadas. Esse prejuízo sentimos até os dias de hoje.”

Se a devastação física – com as perseguições, cassações, expulsões,





prisões, torturas, mortes, desaparecimentos e exílios – sacrificou de uma maneira extremamente violenta todos os que tinham ideias e ideais progressistas e/ou de esquerda no campo educacional, assim como em todos os demais setores da vida pública, há uma devastação simbólica para a qual ainda não houve anistia nem reparação. A privatização do ensino, que culmina agora com o processo de financeirização, desnacionalização e oligopolização do ensino superior combatido pela Contee, teve seu início na educação básica, uma vez que o regime ditatorial fez minguar as verbas para a escola pública, auxiliando no desenvolvimento das instituições privadas.

“Os militares cedo perceberam a importância e o poder da educação tanto em termos econômicos – tal como apregoava a teoria do capital humano formulada por Gary Becker e Theodore Schultz – quanto político-ideológicos, pois se incumbiram de alterar todos os níveis de ensino, instrumentalizando-os em favor de uma concepção de educação tecnicista, utilitarista e instrumental; portanto, supostamente neutra. Para tanto foram reformuladas a estrutura e a organização do ensino, altera-

Há uma devastação simbólica para a qual ainda não houve anistia nem reparação

das as funções da educação – o que provocou mudanças profundas na escolarização brasileira”, ressalta a pedagoga Patrícia Trópia, professora na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Segundo ela, “a reforma de 1º e 2º graus, instituída pela Lei 5.692/71, criou o ensino técnico profissionalizante, rebaixou a formação de professores de educação infantil e das séries iniciais do 1º grau, viabilizou um modelo de expansão da rede pública graças à contenção salarial, deixando, por sua vez, a educação livre não apenas ao ensino privado religioso, mas às ‘forças do mercado’”. Paralelamente a esse processo, houve a reforma universitária, que introduziu no país o programa conhecido como MEC-Usaid.

“Não podemos nos esquecer de que a reforma do ensino superior aconteceu justamente em 1969,

“Os militares cedo perceberam a importância e o poder da educação tanto em termos econômicos (...) quanto político-ideológicos, pois se incumbiram de alterar todos os níveis de ensino, instrumentalizando-os em favor de uma concepção de educação tecnicista, utilitarista e instrumental; portanto, supostamente neutra”

Patrícia Trópia, pedagoga, professora da UFU e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp



Foto: UFG

quando os governos militares se tornaram mais fechados, com o Ato Institucional Nº 5”, destaca Murílio Hingel. “Essa reforma resultou de um acordo entre o Ministério da Educação e a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos da América. A esse acordo, que se chama Acordo MEC-Usaid, se deve essa reforma, cujo princípio era o de quebrar uma estrutura universitária e substituí-la por uma outra estrutura que significasse a fragmentação, a pulverização – que é justamente a universidade que temos hoje.”

A reforma em questão consistiu na desintegração das faculdades

O acordo MEC-Usaid foi firmado entre o Ministério da Educação e a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos da América e forneceu as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional



e departamentalização dos cursos. Desse modo, um pequeno grupo de professores passava a ter o controle sobre a totalidade do departamento e sobre as decisões. “Quando se substituiu a ideia da faculdade pela ideia do departamento como unidade básica da organização da universidade, os cursos universitários se diluíram, porque eram constituídos por vários departamentos oferecendo disciplinas e, portanto, o estudante universitário não sabia exatamente se ele pertencia a esta unidade, a este instituto ou àquela faculdade”, explica o ex-ministro.

O objetivo claro era dismantlar a união e o consequente debate ideológico. “Essa foi uma herança e foi intencional, até porque essa reforma foi ditada por um acordo entre o MEC e a Usaid e nós sabemos da presença e da participação do governo norte-americano, através do famoso embaixador Lincoln Gordon, que chegou até a prever a



Passeata contra o acordo MEC-Usaid em 1968

“A reforma do ensino superior aconteceu justamente em 1969, quando os governos militares se tornaram mais fechados (...). [O] princípio era o de quebrar uma estrutura universitária e substituí-la por uma outra estrutura que significasse a fragmentação, a pulverização – que é justamente a universidade que temos hoje”

Murílio Hingel, ex-ministro da Educação (1992-1994)



Foto: Gustavo Burila

possibilidade de deslocar navios da frota americana para a costa brasileira se houvesse alguma movimentação contra o movimento militar”, enfatiza Hingel. “Isso foi muito negativo e está vigente até os dias de hoje.”

Patrícia complementa que “os acordos MEC-Usaid visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira, desde a educação primária ao ensino superior”. “Mas tal ‘ajuda técnica’ aos governos militares tinha, na realidade, um objetivo mais sistêmico e político: o de fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional.” Foi nessa época que houve uma ampliação acentuada do ensino superior privado, sustentado a partir do mesmo apoio ideológico dado à ditadura pela classe

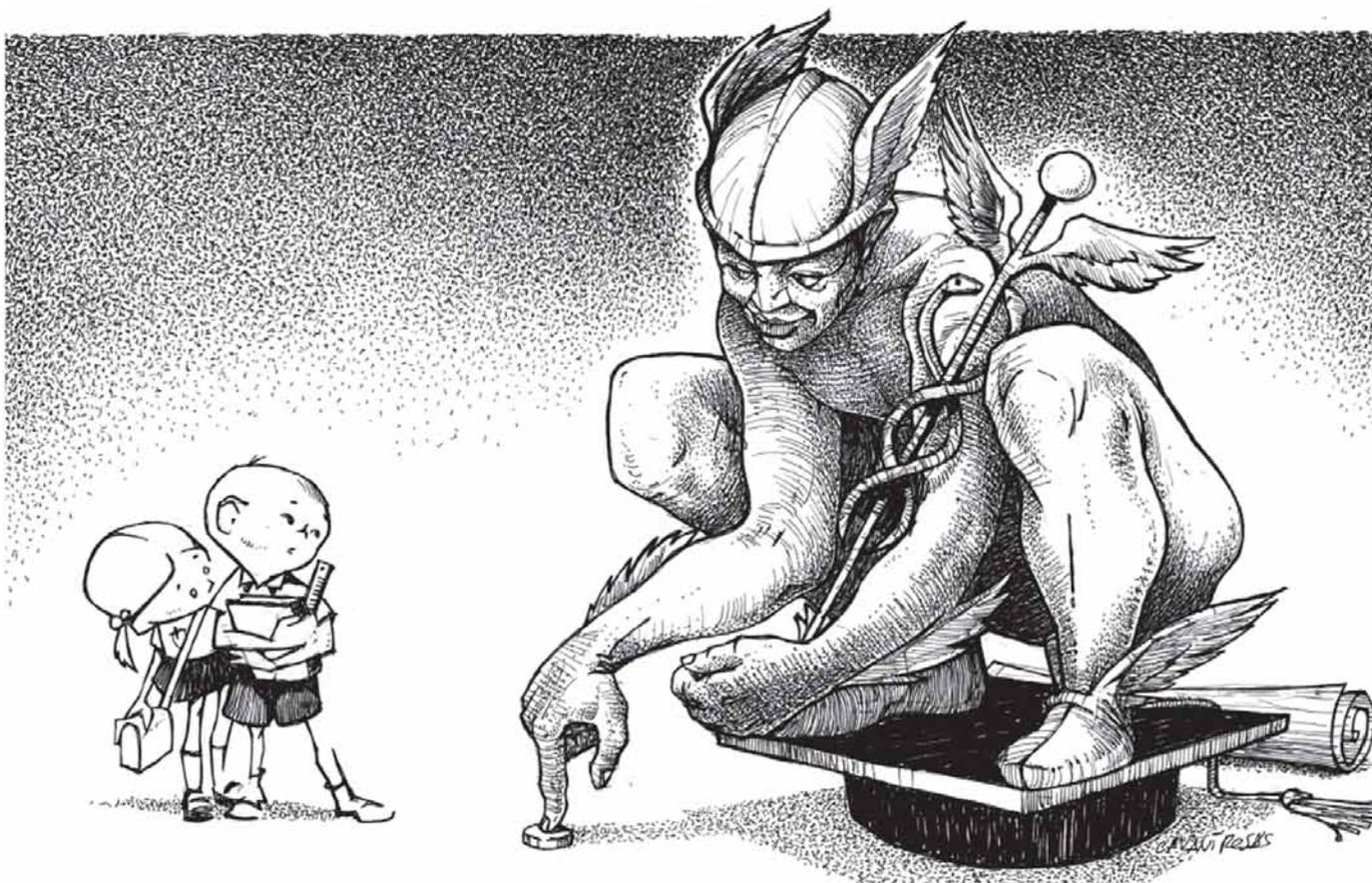
média. “Em síntese, a educação na ditadura levou ao aumento da dependência entre educação e mercado de trabalho, à racionalização do sistema educacional, ao avanço do ensino pago, à profissionalização do ensino médio e ao controle político-ideológico por meio tanto do rebaixamento da formação de professores quanto das reformas curriculares”, resume a pedagoga.

As ditaduras atuais

Uma das sequelas manifestas e persistentes desse atentado cometido pelos militares e pela parcela conservadora da sociedade que contribuiu para elevá-los ao poder e lá sustentá-los por 21 anos é aquela que a Contee combate através da campanha “Educação não é mercadoria”. O processo de financeirização da educação superior está estampado em todos os noticiários econômicos, com as negociações

financeiras milionárias, a abertura de capital na bolsa de valores, as aquisições e incorporações que ferem até mesmo o próprio modelo econômico – ameaçando o princípio da concorrência –, rasgam a Constituição da República – tratando a educação como mero serviço, e não como direito de cada cidadão – e pasteurizam o ensino sem qualquer zelo por trabalhadores, estudantes ou pela qualidade.

No entanto, essa ditadura econômica também afeta de forma sintomática e nociva – ainda que disfarçada sob a máscara de investimentos públicos – a educação básica e a infantil. “Com todo rigor, o ensino no Brasil sempre foi aberto à iniciativa privada. A educação brasileira, antes de ter um caráter de fato público – financiado pelo Estado, gratuito e aberto a todos –, era uma exclusividade da Igreja e das elites. A novidade da ditadura militar foi ter permitido a expansão





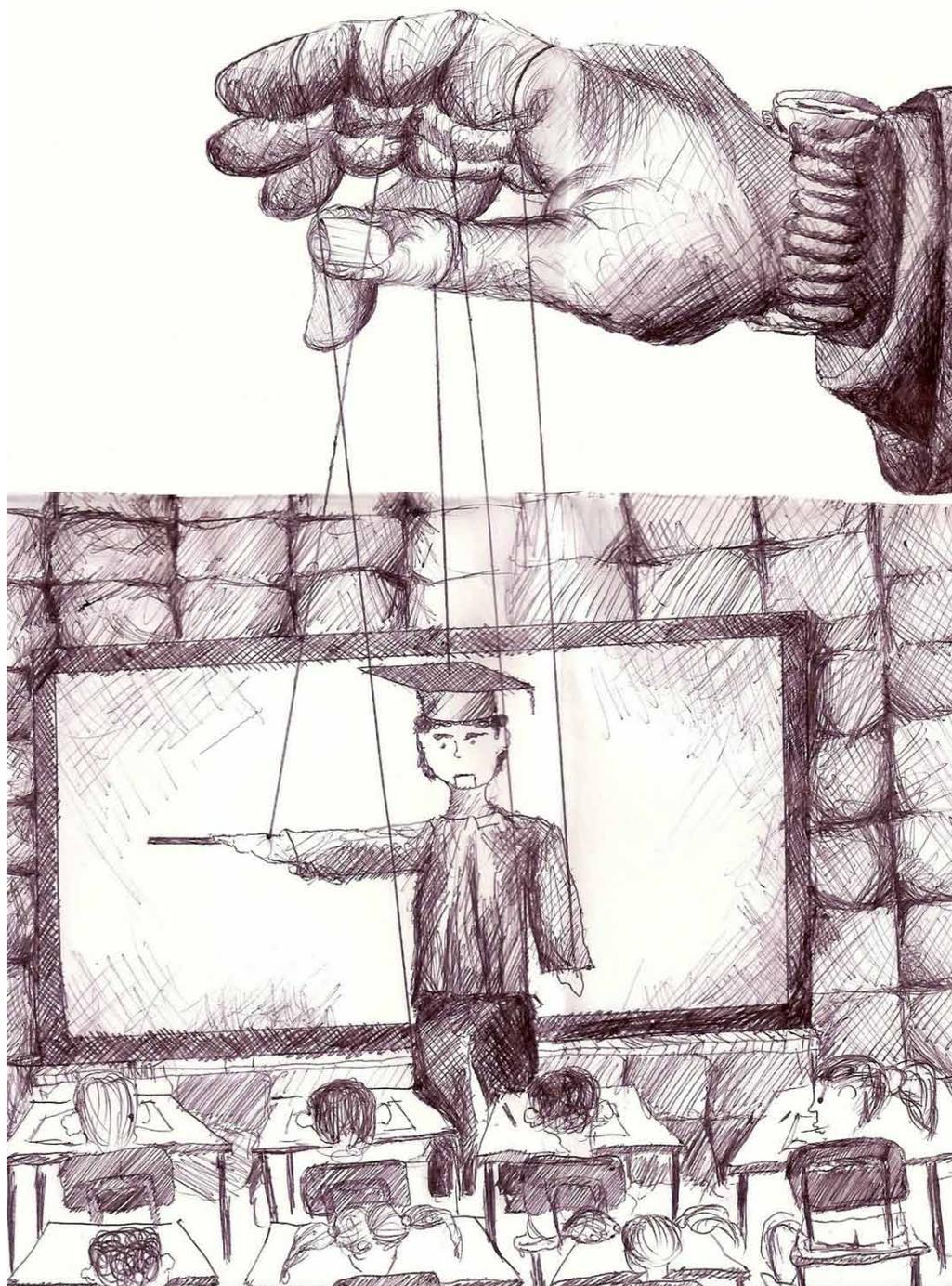
“Grandes editoras (...) acabam investindo muito da sua energia na criação de mercados no setor público, por meio da venda dos pacotes que, na verdade, são políticas educacionais adotadas, em sua maior parte, pelos municípios, em substituição a uma possibilidade de elaboração de um projeto autônomo educacional”

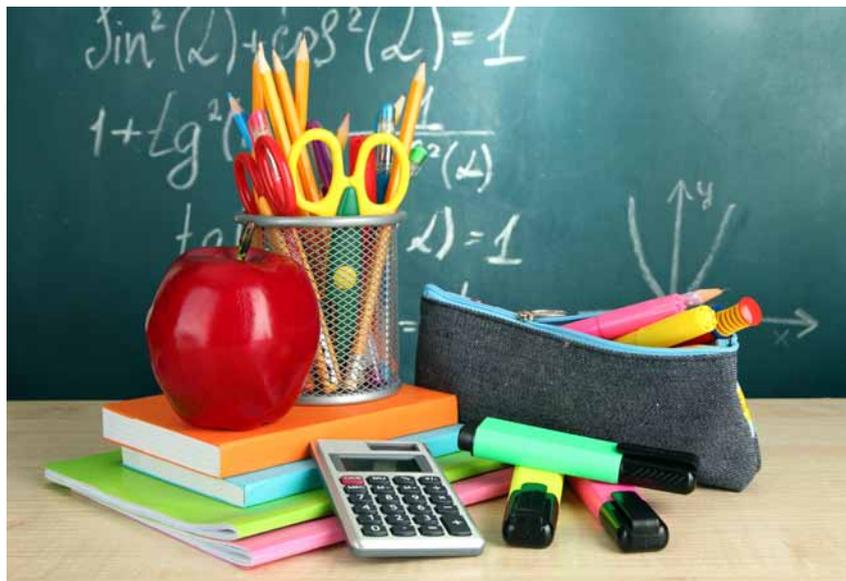
Theresa Adrião, doutora em Educação e coordenadora do Greppe, da Unicamp

do mercado educacional, para além do ensino ofertado em instituições religiosas, e isso se deu, em grande medida, como resposta às pressões do capital comercial, ou seja, da fração da burguesia interessada em acumular capital com a educação”, afirma Patrícia Trópia.

Atualmente, segundo a professora da Unicamp Theresa Adrião, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), essa privatização, concretizada à custa de investimentos públicos, contribui para o enfraquecimento de um modelo pedagógico autônomo. “A entrada do capital no ensino privado é fortalecida com o subsídio estatal”, atesta. “São os fundos públicos – e, no Brasil, isso cada vez é mais evidente – que financiam as grandes corporações. E um exemplo mais específico é o que se chama de sistema privado de ensino. Grandes editoras que têm braços e atuam em diversas frentes do mercado acabam investindo muito da sua energia na criação de mercados no setor público, por meio da venda dos pacotes que, na verdade, são políticas educacionais adotadas, em sua maior parte, pelos municípios, em substituição a uma possibilidade de elaboração de um projeto autônomo educacional.”

Theresa frisa que não se trata apenas da adoção de apostilados,





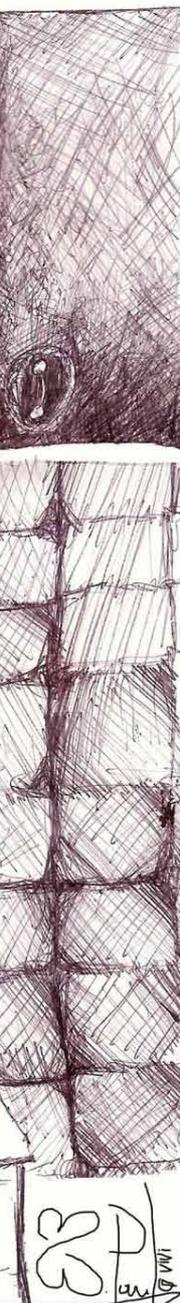
mas de todo um sistema. “Com o sistema vem a ‘formação’ (entre aspas, porque não é formação), o processo de avaliação, o material do professor, o material do aluno, a lição de casa... Há um esvaziamento da atividade docente e uma apropriação do núcleo duro da escola, que é o currículo. E isso com recurso público.”

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe) da Unicamp, que se debruça sobre os aspectos relacionados à interface entre o financiamento e a gestão da educação básica e as relações entre o público e o privado no campo educacional, a professora questiona os caminhos tortuosos pelos quais boa parte dessas aquisições se realiza. “Quem decide que empresa entra no município, quem controla a qualidade desse material? A política pública – falo dos municípios, porque são os que mais adotam, mas há estados também que o fazem – está subordinada a essas grandes corporações. Por isso a gente tem essa questão da gestão e do financiamento como um eixo de análise e um eixo de intervenção política. É olhando a destinação dos gastos públicos – e no nosso caso, volto a insistir, com a possibilidade de aumento de recursos que o Plano Nacional de Educação (PNE) assinala – que se mostra como essa privatização está acontecendo.”

Há, ainda, outro questionamento que merece ser feito, segundo Theresa: dado que, cada vez mais, esses recursos

estão sendo canalizados para grupos que investem na “qualidade” da educação, por que eles dizem que a educação pública está desqualificada, se são eles os responsáveis pela “qualidade”? Isso envolve uma questão ideológica, intensificada pela mídia, de uma suposta supremacia do privado sobre o público. “Se pensarmos no desenho da privatização no Brasil, é a atuação dessas grandes corporações na educação básica que acabou desenhando o modelo pelo qual o capital acaba disputando os recursos públicos.”

Existe um agravante que corrobora essas estilhas. Recentemente, por exemplo, no dia 24 de março, o MEC, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Instituto Ayrton Senna assinaram protocolo de intenções para incentivar pesquisas sobre o desenvolvimento e o papel de habilidades socioemocionais no ensino. O documento prevê a criação de um programa de formação de pesquisadores e professores no campo das competências não cognitivas. “É um outro processo da privatização, no qual ela vem articulada com os mecanismos de monitoramento, de controle do trabalho, de controle dos processos pedagógicos e, agora, pode ser que venha a incidir sobre aquilo que se denomina habilidades e competências não cognitivas: sociabilidade, liderança, criatividade... Não tem fim. É um controle privado de toda a educação, do próprio direito à educação.”



O legado da ditadura na educação*

Por Patrícia Trópia**

Qual o legado deixado pela ditadura militar sobre a educação hoje, tanto em termos econômicos quando em relação ao modelo pedagógico?

Segundo W. Faulkner, “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado”. Por isso, em boa hora, a revista da Contee se propõe a refletir sobre o legado da ditadura militar na educação brasileira contemporânea.

Antes de tratar do legado da ditadura na educação atual é necessário um esclarecimento prévio. Hoje se tem debatido o caráter civil-militar do regime político instituído em 1964, posto que não apenas os militares arquitetaram-no, deram o golpe e concentraram o poder decisório durante o regime, mas contaram, para o êxito deste projeto de dominação, com o apoio econômico e político de alguns setores da sociedade civil, entre os quais frações da burguesia nacional e internacional. Em “1964: a Conquista do Estado”, René Armand Dreifuss, apoiando-se em ampla documentação, demonstra que o golpe de 1964 começou a ser preparado, realmente, pelo menos desde 1961, refutando versões clamadas no calor dos acontecimentos, segundo as quais o golpe seria, na verdade, um contragolpe, ou seja, uma reação à eminência de um golpe da esquerda, liderado pelo então presidente João Goulart. Vale a pena retomar o livro de Dreifuss não apenas como contraprova à versão construída por militares golpistas e partidários do regime,

mas, sobretudo, para se enfrentar “a guerra de narrativas” em torno da memória de 1964, posto que versões revisionistas resistem e ganham espaço nos dias atuais (TOLLEDO, 2004), mesmo diante da falta de provas contra os supostos golpistas: Goulart, Brizola, setores nacionalistas de esquerda.

Por sua vez, a farta documentação apresentada por Dreifuss evidencia a participação direta de banqueiros, grandes industriais, comerciantes, associações e federações patronais, além de setores da burocracia civil na “mobilização reacionária que culminou com o golpe de 1964” (MORAES, 2006). Há também o filme “Cidadão Boilesen”, dirigido por Chaim Litewski, que retrata a participação direta, embora oculta, do empresariado, sobretudo paulista, nos anos de 1960 e 1970, no financiamento do regime por meio do aperfeiçoamento dos aparelhos repressivos de perseguição e tortura à resistência democrática. De formas distintas e com linguagens diferentes, o livro de Dreifuss e o filme de Litewski desmascaram que o Estado seja neutro e que os militares governassem em nome da democracia e da “nação”. Quando analisada criticamente e de uma perspectiva da totalidade, conclui-se que a ditadura respondia a interesses de classes bastante precisos, interesses sem o

conhecimento dos quais pouco ou quase nada do período – e, notadamente, dos rumos tomados pela educação brasileira a partir de então – se pode compreender. Dando logo nome aos bois: os rumos da educação brasileira na ditadura muito se explicam, em grande medida, em função das pressões e interesses do capital nacional e internacional.

Os militares cedo perceberam a importância e o poder da educação tanto em termos econômicos – tal como apregoava a teoria do capital humano formulada por Gary Becker e Theodore Schultz – quanto político-ideológicos, pois se incumbiram de alterar todos os níveis de ensino, instrumentalizando-os em favor de uma concepção de educação tecnicista, utilitarista e instrumental; portanto, supostamente neutra. Para tanto foram reformuladas a estrutura e a organização do ensino, alteradas as funções da educação – o que provocou mudanças profundas na escolarização brasileira.

Na ótica da “teoria do capital humano”, a educação é tida como fator de desenvolvimento econômico, de mobilidade social e geração de renda. Gaudêncio Frigotto, em “A produtividade da escola improdutiva”, já havia assinalado que os teóricos do capital humano pressupõem a neutralidade de seu método de análise, pois acreditam que



o capital, suas leis e suas relações de produção obedecem a uma lógica natural. A educação, ou melhor, o investimento na educação seria, para seus formuladores, o melhor que individualmente cada trabalhador pode fazer por si e socialmente, na medida em que se pressupõe que “num mercado em concorrência perfeita, o ótimo de cada um, racionalmente calculado em longo prazo, constitui o ótimo de longo prazo de todos” (SOUZA, 2006). O trabalhador é proprietário de capital humano, cujo investimento será tão mais potencializado pela educação.

É neste contexto histórico marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção da educação como pressuposto do desenvolvimento econômico, sobretudo industrial, que os acordos entre o Ministério da Educação e a Usaid (*United States Agency for International Development*) se inserem.

Como mostram vários pesquisadores, os acordos MEC-Usaid

visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira, desde a educação primária ao ensino superior. Mas tal “ajuda técnica” aos governos militares tinha, na realidade, um objetivo mais sistêmico e político: o de fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Preparar a tecnocracia brasileira para um modelo de planejamento racional, tecnocrático e produtivista era, pois, uma das funções precípuas dos técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram. Muito mais do que preocupados com a educação brasileira como tal, os técnicos da Usaid “estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas” (MINTO, s/d).

O planejamento estatal visava à intervenção, controle, racionali-

zação e adequação dos recursos às metas estabelecidas nos acordos internacionais. A educação deveria voltar-se para a formação de quadros técnicos para a indústria, pretensamente neutros e adequados ao modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Nessa direção, como evidencia Rodrigues (2007), foi fundamental o papel da burguesia, especialmente da burguesia industrial, por meio de sua principal organização: a Confederação Nacional da Indústria. A CNI criou em 1968 o Instituto Euvaldo Lodi com o objetivo de influir na definição das políticas estatais em consonância com seus interesses. A burguesia industrial pressionou os governos militares pela adequação das reformas educacionais aos interesses da indústria por meio de mudanças no ensino técnico, na formação profissional e do desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica.

Na prática, os Acordos MEC-Usaid

(...) tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar. Destacam-se a Comissão Meira Mattos, criada em 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971) (MINTO, s/d).

Em síntese, a educação na ditadura levou ao aumento da dependência entre educação e mercado de trabalho, à racionalização do sistema educacional, ao avanço do ensino pago, à profissionalização do ensino médio e ao controle político-ideológico por meio tanto do rebaixamento da formação de professores quanto das reformas curriculares.

Coerente com as orientações externas, os governos militares alteraram, por meio das reformas acima citadas, a organização do ensino de 1º e 2º graus, expandindo a oferta educacional pública à custa, todavia, do rebaixamento de sua qualidade. Aumentou, por sua vez, o controle sobre as atividades acadêmicas no interior das universidades. A reforma universitária, normatizada pela Lei 5.540/68, alterou a estrutura e o funcionamento do ensino superior ao instituir: a departamentalização da universidade, o ensino básico, a unificação do vestibular, o processo de matrícula por disciplina. Por sua vez, a reforma de 1º e 2º graus, instituída pela Lei 5.692/71, criou o ensino técnico profissionalizante, rebaixou a formação de professores de educação infantil e das séries iniciais do 1º grau, viabilizou um mo-

delo de expansão da rede pública graças à contenção salarial, deixando, por sua vez, a educação livre não apenas ao ensino privado religioso, mas às “forças do mercado”.

As tendências daquelas reformas foram as seguintes:

- 1) ênfase no ensino técnico, prático, em detrimento de uma concepção pedagógica generalista e republicana;
- 2) esvaziamento dos currículos dos níveis de ensino do seu conteúdo potencialmente universal e crítico;
- 3) expansão da iniciativa privada (foram criados o salário-educação, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social e o Fundo de Investimento social).

Quais os efeitos das reformas educacionais implementadas na ditadura sobre a educação pública, gratuita e de qualidade?

A categoria dos professores da rede pública foi profundamente afetada pelas reformas de ensino. Segundo Ferreira e Bittar (2006), dois aspectos da política na ditadura ajudam a entender importantes inflexões na trajetória e composição dos professores da rede pública: a) o crescimento numérico derivado da própria expansão das redes de ensino, atraindo assim para o mercado de trabalho em educação um contingente de professores, sobretudo mulheres, oriundos de segmentos populares e b) o arrocho salarial a que foi submetida durante toda a vigência da ditadura. “Numa sociedade que se modernizava pela via autoritária, esses dois fatores, conjugados entre si, atuaram no sentido de torná-la a maior categoria profissional do país e de conferir-lhe uma identidade de oposição ao regime” (FERREIRA e BITTAR, 2006, p. 1161-1162).

A municipalização do ensino, já prevista naquela época, acabou por favorecer a rede de corrupção montada pelos poderes políticos locais (desvio de verbas, atrelamento dos cargos aos prefeitos, clientelismo político). O fracasso da profissionalização no ensino de 2º grau levou à diminuição da demanda sobre o ensino superior. As escolas profissionalizantes demandavam recursos que acabaram não sendo nelas investidos.

O descaso com a escola pública se concretizou com a diminuição das verbas para a educação a partir de 1967. No governo do general Médici, por exemplo, apenas 4,76% do total dos recursos da União foram destinados à educação, quando a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 4.024/61, definia que nunca menos de 12% das verbas deveriam ser aplicadas na educação pela União e nunca menos de 20% pelos estados e municípios.

Pois bem, nos anos de 1980, parecia que a educação brasileira mudaria de rumo, posto que os setores organizados saíram às ruas para lutar por uma “constituição cidadã” e por uma escola gratuita, pública e de qualidade. Afinal, não foi pouca a pressão social de educadores, sindicatos e políticos – entre os quais o saudoso professor Florestan Fernandes – por verbas públicas exclusivas para a escola pública, pela melhoria na qualidade do ensino público, pela expansão da rede pública, por mais verbas constitucionais para a educação e pela melhoria das condições salariais e de trabalho. Mas essas pressões encontraram a resistência dos grupos dominantes e dos governos eleitos e se enfraqueceram diante da chegada ao poder dos neoliberais, os quais, em grande medida, aprofundaram a natureza tecnicista, utilitarista e mercadológica da educação com a nova LDBN 9.394/96. ➔

⇒ O ensino superior privado expandiu-se enormemente a partir dos anos 1990. O financiamento da educação pública continua sendo um gargalo para a melhoria da escola pública, embora inúmeros programas tenham sido criados nos anos 2000. Os modelos pedagógicos baseados nos pressupostos da teoria do capital humano, no tecnicismo e no construtivismo

continuam dominantes. As licenciaturas continuam sendo pouco atraentes para uma geração de estudantes.

De forma sintética, deve ser dito que “o passado não é passado” e o legado da ditadura ainda está vivo; assim, do ponto de vista dos valores democráticos, aquele legado ainda precisa ser enfrentado e profundamente transformado.

De que forma a abertura do ensino à iniciativa privada, intensificada durante o regime militar, contribuiu para o sucateamento da educação pública e o impacto do neoliberalismo sobre o trabalho docente?

Com todo rigor, o ensino no Brasil sempre foi aberto à iniciativa privada. A educação brasileira, antes de ter um caráter de fato público – financiado pelo Estado, gratuito e aberto a todos –, era uma exclusividade da Igreja e das elites. A novidade da ditadura militar foi ter permitido a expansão do mercado educacional para além do ensino ofertado em instituições religiosas, e isso se deu, em grande medida, como resposta às pressões do capital comercial, ou seja, da fração da burguesia interessada em acumular capital com a educação.

Embora hoje as políticas educacionais, desde os anos 1990, constriam as escolas públicas a adotar um modelo de gestão técnico-administrativo racional, enxuto, baseado na “qualidade total”, a lógica da escola particular difere da escola pública. Como qualquer outro investimento, a educação deve dar lucro aos seus proprietários, enquanto para seus usuários é a razão custo/benefício que impera.

A expansão da rede pública de ensino, iniciada na ditadura militar, não teve como contraponto necessário o aumento proporcional de verbas para a educação. Ademais houve um rebaixamento do

padrão formativo dos professores e, posteriormente, do próprio nível de ensino – o que levou segmentos das classes médias a migrarem, nos anos 1970, das escolas públicas para as particulares. Como as classes médias são os setores interessados no modelo de educação dual da escola burguesa – como ensinam Bourdieu e Passeron –, o rebaixamento da escola pública e a fuga para o ensino privado limitam o potencial social e popular de luta pela melhoria da qualidade da educação pública e gratuita. Por isso, a luta histórica pela educação pública é um combate episódico e muitas vezes restrito aos educadores comprometidos com a educação pública e aos setores populares organizados.

Pois bem, soma-se a esse limite estrutural da luta pela melhoria da escola pública o bombardeio ideológico que o neoliberalismo impôs aos funcionários públicos em geral, aos professores públicos, em particular, e à escola pública, vista como lugar da ineficiência e desperdício. O neoliberalismo, pois, apenas radicaliza a escola dual e distancia a promessa de democratização do ensino gratuito, público e de qualidade da realidade social da maioria dos brasileiros.



“O passado não é passado’ e o legado da ditadura ainda está vivo; assim, do ponto de vista dos valores democráticos, aquele legado ainda precisa ser enfrentado e profundamente transformado”

BIBLIOGRAFIA

DREIFUSS, R. A. 1964: *a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

FERREIRA, A. e BITTAR, M. “A educação na ditadura e a proletarianização dos professores”. *Educação e Sociedade*, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, setembro/dezembro de 2006.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista*. São Paulo, Cortez, 1984.

MINTO, L. W. “Verbete MEC-USAID”, *Navegando história da educação brasileira*. HISTEDBR, s/d. Disponível em : http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm. Acessado em 25/04/2014.

MORAES, J. Q. “O efeito desmistificador de *A Conquista do Estado na análise das bases sociais da contra-revolução*”. E-premissas – revista de estudos estratégicos, n° 1, junho/dezembro de 2006.

RODRIGUES, J. *Os empresários e a educação superior*, Campinas, Autores Associados, 2007.

TOLEDO, C. N. De. “As falácias do revisionismo. Sobre o golpe de 1964”. *Crítica Marxista*, n° 19, 2004.

*Artigo escrito a partir de perguntas enviadas por e-mail pela CONTEÚDO



Foto: UFG

****Patrícia Trópia** é pedagoga, professora da UFU, mestre em Ciências Políticas e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp

Trajano Silva Jardim

Passando a memória a limpo

“Concluí que a minha vida a partir daquele momento iria virar ‘de ponta a cabeça’. Não queria acreditar nas previsões do velho Erasmo, camarada que me filiou ao Partidão, quando dizia ‘esse é um golpe para 20 anos’. Infelizmente ele acertou em cheio”



Foto: Fitræ-BC

No dia 1º de abril de 1964, o diretor de Imprensa e Comunicação do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinproep-DF), Trajano Silva Jardim, ainda não era professor. Tampouco jornalista. No entanto, já estava engajado no movimento sindical que representava os trabalhadores do setor gráfico, alvo certo – com tantos outros sindicatos, de tantas categorias – da perseguição desencadeada pelo golpe militar. Passados 50 anos daquele 1º de abril, Trajano soma à sua in-

tensa militância em defesa dos trabalhadores – de todas as categorias, mas agora, particularmente, dos docentes do setor privado – o posto de integrante da recém-instaurada Comissão da Verdade dos Trabalhadores em Estabelecimentos Privados de Ensino, instalada por iniciativa da Contee.

Um pedaço dessa história está contado no artigo “Aquele 1º de abril, eu vivi”, publicado pelo Portal Contee no exato dia em que se completaram as cinco décadas do golpe. “Naquele momento éramos cinco, talvez seis, gráficos militantes

comunistas, desnorreados em pleno centro da cidade do Rio de Janeiro”, relata, ao se recordar das esperanças se esvaindo na chuva fria, diante da movimentação intensa dos carros da polícia, que simbolizavam a concretude do que acabara de se abater sobre o país. “Concluí que a minha vida a partir daquele momento iria virar ‘de ponta a cabeça’. Não queria acreditar nas previsões do velho Erasmo, camarada que me filiou ao Partidão, quando dizia ‘esse é um golpe para 20 anos’. Infelizmente ele acertou em cheio. Foram 20 anos, dos quais sete eu vivi na clandestini-

dade e por quase dois estive exilado na saudosa União Soviética.”

Em entrevista à CONTEÚDO, Trajano lembra os dias na expectativa perversa da invasão do sindicato pela polícia, dos três meses passados escondido dentro de uma igreja, da demissão em 1966, da filiação ao PCB, da entrada na clandestinidade em função de sua atuação ativa, antes do golpe, no Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT), do exílio em Moscou, para onde viajou sob o codinome José Montenegro. “Um professor foi preso e encontraram com ele uma caderneta com meu nome. O partido, então, ficou receoso de eu cair e não resistir [à possível tortura]. Assim, em junho de 1966, fui para a União Soviética até que a poeira baixasse. Fui para o Uruguai clandestinamente, de lá me mandaram para a Tchecoslováquia e de lá para Moscou. Fiquei lá durante um ano e oito meses.”

No fim de 1967, devido à queda de diversos quadros importantes do PCB, o partido determinou seu retorno ao Brasil. Mesmo de volta ao país natal, contudo, Trajano permaneceu na clandestinidade. Anos depois da reabertura, ao solicitar o dossiê a seu respeito elaborado ao longo das décadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), descobriu que o regime tinha conhecimento, inclusive, de seu nome de guerra, com o qual havia saído do país. O monitoramento, aliás, prosseguiu mesmo com a reabertura e foi até 1989, com registros de suas atividades na campanha presidencial de 1989, quando ocorreram as primeiras eleições diretas para o Executivo federal após o fim do governo ditatorial.

Nesse período clandestino, sua tarefa era trabalhar na gráfica mantida pelo Partidão, então na ilegalidade, onde era impresso o jornal Novos Rumos, um dos mais

importantes veículos da esquerda brasileira. Também foi nessa gráfica que foi impresso o diário do guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara. “Quando saiu diário do Che, foram várias vezes lá e não conseguiram encontrar”, conta Trajano. “Fui preso várias vezes no Dops, interrogado, mas não fui torturado fisicamente”.

Segundo ele, a perseguição aumentou com o início dos anos 1970, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, e, por isso, o PCB decidiu tirá-lo do trabalho na gráfica. Trajano partiu, então, para Brasília, cidade em que se formou em jornalismo e, mais tarde, tornou-se professor da área. Na verdade, antes mesmo de se formar, ele já escrevia para o jornal Notícias Gráficas, do partido, e também para o informativo do Sindicato dos Jornalistas.

Em novembro do ano passado, o integrante da Comissão da Ver-

“Temos que procurar elementos para passar à nova geração como foi a luta para chegar a esta democracia ainda frágil, mas democracia”



Foto: Fitraeg-BC

PERFIL

dade da Contee recebeu um pedido formal de desculpas do Estado brasileiro, que o reconheceu como perseguido político. Em seu artigo sobre o 1º de abril, ele desabafou sobre a reparação: “Hoje fui reconhecido como ‘perseguido político’ e recebi as ‘desculpas do Estado brasileiro’. Um sofisma que jamais trará de volta milhares de militantes mortos, alguns fraternos irmãos camaradas que sofreram torturas físicas e psicológicas, por terem como crime a esperança de construir uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Deixaram pela estrada da vida seus sonhos, interrompidos pela violência absurda e cruel, que esperamos ver reparada de fato, sem sofismas. Com a condenação dos violentadores.” Ainda assim, à CONTEÚDO, ele manifestou que se sentiu muito emocionado. “Disse que aquela reparação não era para mim, era para todos aqueles companheiros que morreram nos porões da ditadura.”

Sobre a Comissão da Verdade lançada pela Contee, ele ressalta a oportunidade de contar a história pela ótica dos trabalhadores. “Temos que procurar elementos para passar à nova geração como foi a luta para chegar a esta democracia ainda frágil, mas democracia”, reflete. Já em relação à Comissão Nacional da Verdade, ele destaca que seu papel é “trabalhar no sentido de resgatar aqueles que foram mortos, aqueles cujos corpos não apareceram”. “A democracia que a gente construiu veio por cima, a gente acabou concordando com uma anistia geral e irrestrita que não era a intenção. A intenção era anistia para os que foram torturados com o golpe de 1964. Mas é preciso ao menos mostrar quem foram esses torturadores.”

Foto: Alberto Ribeiro /Fitrae-BC

**Nome:**

Trajano Silva Jardim

Data de nascimento:

18/09/1935

Cidade natal:

Colatina - ES

Estado civil: Casado com Maria Amélia**Filhas:** Regina e Sônia Cristina**Profissão:** Jornalista e professor de jornalismo**Formação:** Graduado em Comunicação Social pela Unicesp e especialista em Docência no Ensino Superior**Cargos:** Diretor de Imprensa e Comunicação do Sinproep-DF e membro da diretoria da Fitrae-BC

Alerta: “A gente está vivendo outra vez um retrocesso na vida política brasileira. Eu, que sou da imprensa, tenho uma perplexidade enorme de ver como a imprensa está levando esse país para um beco sem saída nesta democracia tão frágil. O golpe hoje se dá pela mídia e pela pseudodemocracia”

Principal objetivo: Continuar na luta. “Quem nasceu para a luta não para. Minha filha é que fala: ‘Está com esse negócio no sangue, acho que foi contaminado e acho que vai ser assim até o fim’. A gente certamente não consegue fazer tudo, mas estou botando meu tijolinho”

“Aquele reparação não era para mim, era para todos aqueles companheiros que morreram nos porões da ditadura”



Foto: Alberto Ribeiro /Fitrae-BC



A farsa que se transformou na maior tragédia do Brasil

Por José Geraldo de Santana Oliveira*

Há séculos, o dia 1º de abril é considerado, em vários países, como sendo o da mentira. A versão mais conhecida para a origem desta pecha vem da França e remonta-se a 1582, século XVI, quando o rei Henrique III adotou, por decreto, o calendário gregoriano, que estabeleceu o dia 1º de janeiro como sendo o primeiro do ano. Até aquela data, as festas comemorativas à chegada ao ano novo francês estendiam-se de 25 de março, data de seu início pelo ca-

lendário juliano, a 1º de abril. Com o novo calendário, este dia perdeu a condição de dia festivo e passou a ser o da data de uma festa que não havia mais.

No Brasil, o dia 1º de abril tornou-se o da mentira lá pelos idos do século XIX, a partir de um boato, nesta data, sobre a morte do imperador Pedro II. No entanto, desde o ano de 1964, portanto há exatos 50 anos, o dia 1º de abril transformou-se no inapagável símbolo da maior tragédia que já se abateu sobre o

país, pois que foi o dia do golpe militar, que durante os 21 anos seguintes infernizou e martirizou a nação.

O dia 1º de abril de 1964 representa para o Brasil o que a noite de São Bartolomeu representou para os protestantes franceses, em 1572, quando se iniciou o seu impiedoso massacre, pelos católicos, com o explícito apoio do rei Carlos IX. Esse massacre teve duração de vários meses, culminando com a morte de milhares de protestantes indefesos.

Porém, há algumas diferenças



entre a noite de São Bartolomeu e o golpe militar, perpetrado ao 1º de abril de 1964. Naquela, o alvo eram protestantes; a sua duração fora de meses; e o organizador fora o próprio Estado. Neste, o alvo foram os trabalhadores e todos quantos pugnavam pela liberdade e pela construção de um regime social menos desigual; a sua duração superou as mil e uma noites da lenda árabe de Sherazade, chegando a mais de 8 mil; e foi orquestrado e levado a cabo por mentirosos contumazes, civis, na maioria, grandes capitalistas e latifundiários, e militares, sendo executado e mantido a ferro e fogo por estes com o indecente apoio logístico daqueles contra o governo de João Goulart, legitimamente constituído.

O golpe militar de 1964, de triste e sangrenta memória, representou para o povo brasileiro um período de logro e de terror, ou, como o jornalista mineiro Teófilo Otoni – principal redator do jornal *A Sentinela do Serro*, de convicções políticas liberais exaltadas (democrata, na concepção de hoje) e uma das primeiras vozes republicanas do Brasil, nos idos do século XIX –, classificou o dia 7 de abril de 1831, data da abdicação do trono pelo imperador Pedro I, como uma verdadeira jornada de logrados, “Journée des Dupes”, pois que, àquela época, como em 1964, traiu-se vergonhosamente o povo.

É bom que se diga às gerações que não vivenciaram tais dias de horrores desde o seu nascedouro que a quartelada de 1º de abril de

1964 representou o desfecho de uma sórdida trama, que já vinha sendo urdida há anos, principalmente a partir da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, exatamente para impedir a posse de João Goulart, um democrata convicto, o que não era tolerado pelos militares e civis golpistas.

O historiador Hélio Silva, em seu livro “A Fuga de João Goulart 1962/1963” (Editora Três, 1998, página 142), registra: “(...) Assim é que, desde a posse de João Goulart, que aceitaram a contragosto, os militares entraram, francamente, a conspirar contra o regime”. Corroborando essa assertiva o manifesto do marechal Henrique Lott aos seus colegas das Forças Armadas e ao povo brasileiro, logo após a renúncia de Jânio Quadros, assim exarado:

“Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro.

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do sr. Ministro da Guerra, marechal Odílio Dennys, manifestada ao Governador do Rio Grande do Sul, através do deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, dr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional. Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e com as suas instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da nação, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, operários e o povo em

geral, para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria.”

É igualmente imperioso que se registre que os falsários de 1º de abril de 1964 contaram com o decisivo apoio do Congresso Nacional, tendo à frente o seu presidente, senador Auro de Moura Andrade, que, aos 2 de abril de 1964, de forma despuddorada e claramente golpista, fez aprovar a declaração de vacância do cargo de presidente da República, não obstante a mensagem que, nessa data, fora-lhe encaminhada pelo então chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o saudoso professor Darcy Ribeiro, assim exarada:

“Brasília, 2 de abril de 1964.

Senhor presidente,

O senhor presidente da República incumbiu-me de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na Chefia do Poder Executivo, decidi viajar para o Rio Grande do Sul, onde já se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais, com seu Ministério.

Atenciosamente,

Darcy Ribeiro – Chefe do Gabinete Civil”

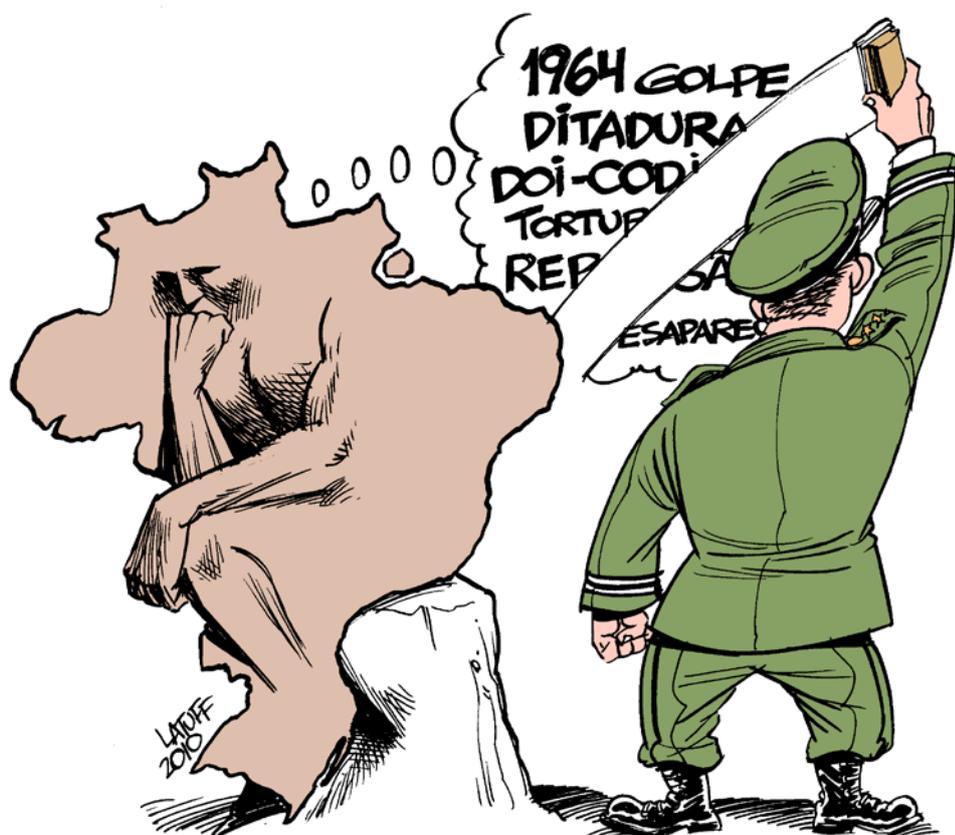
Mesmo de posse dessa mensagem, o golpista Auro Moura Andrade, em sessão solene do Congresso Nacional, declarou, de maneira impudica e desavergonhada: “O sr. Presidente da República abandonou o Governo... A acefalia continua. Há necessidade de que o Congresso

A perpetuação de uma mentira

Cinquenta anos após 1964 ainda existem currículos educacionais no Brasil que tratam a memória da nação de maneira totalmente deturpada

Adenúncia não é nova. Pelo menos desde 2010, a imprensa brasileira já noticiava a deturpação da memória e da história brasileira praticada pelo livro didático adotado pelos colégios militares. Todavia, a obra “História do Brasil: Império e República”, de Aldo Fernandes, Maurício Soares e Neide Annarumma, que integra a Coleção Marechal Trompowsky, voltou ao noticiário neste ano por conta do aniversário de 50 anos do golpe militar de 1964. Golpe este, aliás, que o livro, mesmo revisado, e as escolas das Forças Armadas que o adotam continuam tratando por “revolução democrática”.

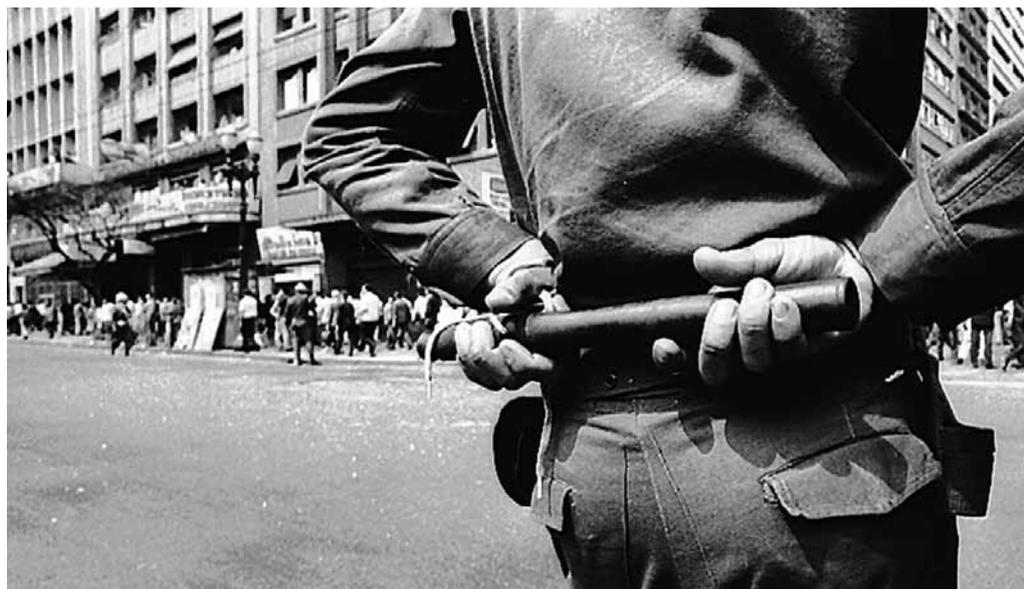
Ainda em 2010, a Associação Nacional de História (Anpuh) enviou carta ao Ministério da Educação, ao Ministério da Defesa e à Casa Civil da Presidência da República manifestando preocupação diante do fato de que o ensino de história nos colégios militares legitima o golpe de Estado que derubou o presidente João Goulart e instaurou o mais sombrio período da memória recente do país, desconsiderando as evidências factuais e a historiografia que se constituiu sobre o período. Além disso, na correspondência, a Anpuh chamou a atenção para o significado embutido no material didático no que diz respeito ao processo de



ensino e aprendizagem. No documento, a entidade questiona quais subjetividades, consciências e visões de mundo “podem estar sendo formadas por uma versão da história que justifica e legitima um golpe contra as instituições ainda em nome de uma pretensa defesa da democracia e da civilização ocidental e cristã” e “que cidadãos estão sendo formados por uma literatura que justifica, legitima e esconde o arbítrio, a tortura e a violência”.

Para o diretor da Contee Ailton Fernandes, historiador, professor de história e integrante da Comissão da Verdade dos Trabalhadores em Educação do Setor Privado de Ensino, é lamentável que ainda existam currículos educacionais no Brasil que tratem a memória da nação de maneira totalmente deturpada. “Não importando se é uma questão corporativa ou não, já que quem produz esse material são militares e foram eles que deram o gol-

“O que há por trás disso é uma chantagem que os militares fazem com a sociedade brasileira, como quem diz: ‘Olha, estamos comemorando porque estamos prontos para, a qualquer instante, fazer a mesma coisa que foi feita há 50 anos’”



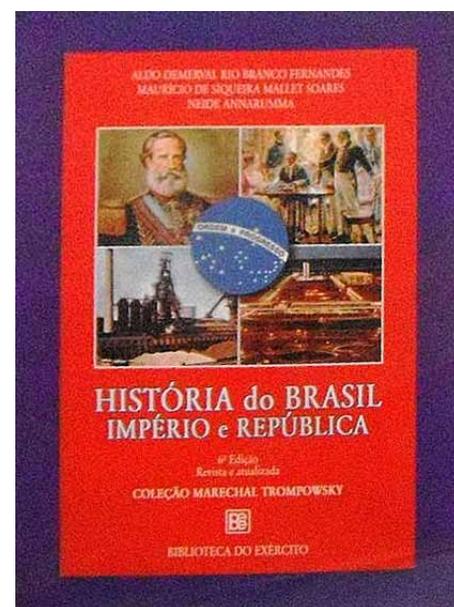
pe militar em 1964, eles não podem subverter a história. A verdade do golpe é unânime na historiografia brasileira e também na grande imprensa – inclusive a própria TV Globo fez um mea-culpa sobre o apoio que deu à ditadura militar na época. Não podem subverter a historiografia por uma questão corporativa. Imagino que há aí um grande erro histórico e um grave problema, porque esse erro é intencional e leva os alunos a ter uma visão equivocada da história”, afirma.

Para se ter uma ideia, o livro didático dos militares não só trata o 31 de março – e não o 1º de abril, mote de piada pronta – como revolução, tal qual era ensinado e perpetuado durante o próprio regime, sob a justificativa de que ele seria uma reação às “orquestrações” comunistas visando “moralizar” a administração pública. O volume, adotado para estudantes do sétimo ano, também tenta explicar o endurecimento da repressão como intransigência da oposição emdebista. Já as torturas e os assassinatos cometidos nos porões dos quartéis durante o período que se estendeu até 1985 não são sequer mencionados.

Outro exemplo grave é a forma como a publicação trata os episódios que antecederam o golpe, afirmando, entre outros pontos, que no dia 19 de março, seis dias após o comício de Jango na Central do Brasil, com o compromisso das reformas de base, “em uma espontânea manifestação popular, reúnem-se no centro da cidade de São Paulo mais de quinhentas mil pessoas para protestar contra o caos político, econômico e social em que vivia o Brasil”. E continua: “O movimento ficou conhecido como ‘Marcha da Família com Deus pela

Liberdade’. Foi um espetáculo comovente, no qual mulheres brasileiras levaram a público sua participação na resistência ao movimento subversivo instalado pelo próprio governo, com apoio das esquerdas. [...] Na noite de 30 de março, seria decidido pelas lideranças democráticas (civis e militares) o início do movimento para o dia seguinte, 31 de março de 1964 [...]. Sem precedentes nos anais dos levantes políticos sul-americanos, a Revolução foi levada a sério não por extremistas, mas por grupos moderados respeitadores da lei e da ordem”.

Livro didático adotado pelos colégios militares continua abordando o golpe militar de 1964 como uma “revolução democrática”





Aula para alunos do Colégio Militar de Salvador

Chantagem

Para Ailton Fernandes, mais do que um “erro”, a desfiguração deliberada dos fatos representa uma afronta. E também um alerta. “O que a gente deve considerar é o que está por trás disso. Não é apenas nas escolas militares que a cultura do golpe é invocada e comemorada. Os círculos e clubes militares também fazem comemorações louvando o golpe de 1964. O que há por trás disso é uma chantagem que os militares fazem com a sociedade brasileira, como quem diz: ‘Olha, estamos comemorando porque estamos prontos para, a qualquer instante, fazer a mesma coisa que foi feita há 50 anos’”, considera.

“Vejo isso como um atestado ao bom-senso e à democracia. Vejo com muita preocupação – e até mesmo receio de que democracia possa estar em jogo – o fato de persisti-

rem na ideia de que esse golpe militar foi uma revolução para salvar o Brasil. Mesmo porque a gente sabe que, saindo dos círculos militares, essa postura vai para outros setores da sociedade. Vimos recentemente isso: marchas evocando o golpe de 1964, falas de militares que, se apropriando de microfones e entrevistas, fazem loas ao golpe militar... e, no próprio Congresso, temos deputados que fazem essa defesa.”

De acordo com o diretor da Contee, a publicação pode, portando, ser classificada de três formas: um atestado à historiografia brasileira; uma chantagem; e, o que é óbvio, uma grande mentira. “O golpe militar já foi largamente debatido. As duas décadas que vivemos sob ele só trouxeram coisas ruins para o Brasil. Foram duas décadas perdidas na economia, a dívida externa brasileira saltou mais de cem vezes, a distribuição de renda no Brasil criou uma de-

sigualdade social nunca antes vista, a riqueza concentrou-se ainda mais nas mãos de pequenas parcelas da população enquanto a imensa maioria ficou alijada desse processo”, enfatiza. “Então, sob todos os aspectos, o golpe militar deve ser condenado. Na cultura, tivemos artistas calados, perseguidos, torturados. Os sindicatos sofreram intervenção. Dirigentes sindicais, jornalistas, estudantes e tantas outras pessoas foram assassinadas. Este não é um momento para se comemorar o golpe de 1964, como os militares fazem. É para lamentá-lo e rever essa história.”

Sobre o risco de incutir uma noção equivocada acerca do governo militar na cabeça de uma juventude que não sentiu na pele as agruras do período, Fernandes considera que é justamente aí que reside o caráter chantagista da situação, pois perpetua a falsa ideia de que o golpe veio para “salvar”

o Brasil. “Ao longo da história do Brasil vimos várias vezes os militares tomando o poder, inclusive na própria proclamação da República e nas repressões aos movimentos sociais nas primeiras décadas do século XX. Os militares sempre estiveram ali se posicionando, como que dizendo: ‘Estamos aqui!’.”

O representante da Comissão da Verdade lançada pela Contee pondera ainda que há outro problema: a subversão da hierarquia. “Esses militares estão submetidos a um governo constituído. E um governo constituído democraticamente não pode ficar refém dessa situação de insegurança. Além do mais, o próprio governo brasileiro, já em várias situações, em nome do Estado brasileiro, através de vários governantes, assumiu que esse período foi tenebroso. Recentemente, até mesmo o ministro da Justiça falou em nome do Estado brasileiro dizendo que lamentava os ocorridos, a violência descabida, desenfreada, repressiva que aconteceu durante essas duas décadas, de 1964 até 1985.”

Sem regulação

Há, contudo, brechas na própria legislação educacional brasileira que avalizam essa prática. Na resposta do MEC à carta enviada em 2010 pela Anpuh, por exemplo, a Coordenação-Geral de Materiais Didáticos, vinculada à Secretaria de Educação Básica do ministério, limitou-se a citar o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o qual menciona os princípios gerais do ensino, entre os quais: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”; “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”; e “respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Além disso, a correspondência também faz menção ao artigo 83 da mesma



LDB, o qual estabelece que “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. Esse dispositivo é o que permite que a Bibliex – a editora da Biblioteca do Exército – nunca tenha inscrito o volume no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), do MEC, que analisa e seleciona títulos como recomendações às escolas públicas e privadas do Brasil. Isso porque, se as Forças Armadas têm autonomia em seu sistema de ensino, compete ao Ministério da Defesa, e não ao de Educação, regular e administrar os colégios militares.

Acontece que os critérios do PNLD são, hoje, o melhor parâmetro disponível para avaliar um livro didático, uma vez que o programa seleciona seus avaliadores entre os melhores pesquisadores e professores na área, os quais estudam e redefinem continuamente uma ficha de itens que reflete o estado atual das demandas e exigências não só do campo da disciplina em questão, mas de toda a educação e da própria sociedade, consolidada na legislação vigente. Sendo assim, o livro

“Vejo com muita preocupação – e até mesmo receio de que democracia possa estar em jogo – o fato de persistirem na ideia de que esse golpe militar foi uma revolução para salvar o Brasil”

Ailton Fernandes,
diretor da Contee

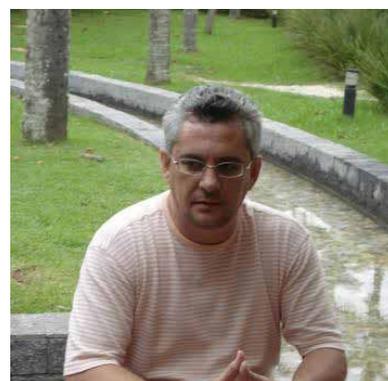


Foto: Arquivo pessoal

“Quando foi feita a anistia ampla, geral e irrestrita preservaram-se os militares e suas instituições. E quando a gente fala em instituição militar, não está falando apenas do poder das armas, mas do poder ideológico, que é amplamente repercutido e reproduzido nas escolas e nos clubes militares”

“História do Brasil: Império e República” não seria aprovado no Programa Nacional do Livro Didático.

“A resposta da Cogeam, se considerada em suas consequências, coloca em xeque a função de regulação do Estado, bem como de orientação temporal da historiografia. Se todos os discursos sobre a história forem igualmente válidos, então todo discurso sobre a história seria igualmente merecedor de crédito diante de seu grupo de interesse, e a tolerância do Estado, sem limites. E ignoraríamos o acúmulo e os avanços qualitativos do conhecimento histórico acadêmico, desenvolvido pelos profissionais de história”, critica a Anpuh, em artigo divulgado quando da primeira denúncia na imprensa.

A entidade também aponta que, para além de qualquer exercício de “relativismo histórico oportunista”, os limites dos discursos sobre a história são postos pelo texto constitucional, a partir da definição dos crimes. Assim, conforme a associação, o MEC tem o dever de agir contra uma escola ou conjunto de escolas que professe alguma superioridade ou inferioridade racial, uma vez que isso constitui a base para que alguém incorra em crime de racismo, por exemplo. O que dizer, en-

tão, de um conjunto de escolas que legitime, justifique ou se omita quanto à prática da tortura ou à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático? “É evidente que os valores democráticos que embasam a sociedade brasileira não são compatíveis com os valores que embasam a obra didática em discussão, e que expressam uma determinada linha de pensamento de parte da corporação militar quanto à história recente”, afirma a Anpuh, no artigo.

Ailton Fernandes reflete que essa é uma das consequências da Lei da Anistia. “Quando foi feita a anistia ampla, geral e irrestrita, para todos os lados, preservaram-se os militares e suas instituições. E quando a gente fala em instituição militar, não está falando apenas do poder das armas, mas do poder ideológico, que é amplamente repercutido e reproduzido nas escolas e nos clubes militares. Há uma cultura militarista aí que me parece estar dentro de uma redoma de vidro, intocável, na qual nem mesmo o MEC pode interferir”, destaca.

“Vejo também com bastante preocupação o fato de haver um ‘estamento’ social, vamos chamar assim, que tenha tantos privilégios, que crie uma situação de chantagem e que mais uma vez, na minha opinião, subverta a hierarquia quando não respeita seus superiores hierárquicos, que são civis. Porque acima dos generais há, por exemplo, a Presidência da República, a Constituição. Ao tomar atitudes unilaterais, ao disseminar uma cultura que já foi provada que não é verdadeira, me parece que os militares estão subvertendo uma hierarquia e isso deveria ser passível de punição”, opina. “A gente precisa mensurar qual o limite dessa provocação.”



A América e os modelos privatistas de educação

Pesquisador discute a privatização no contexto dos sistemas de ensino

Foto: EFE/Reprodução

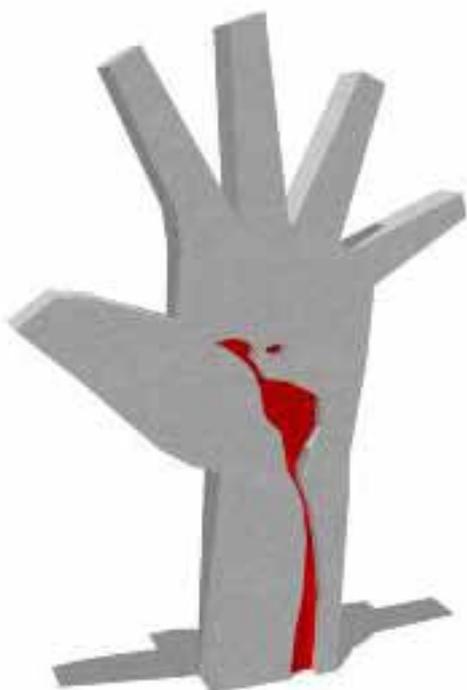


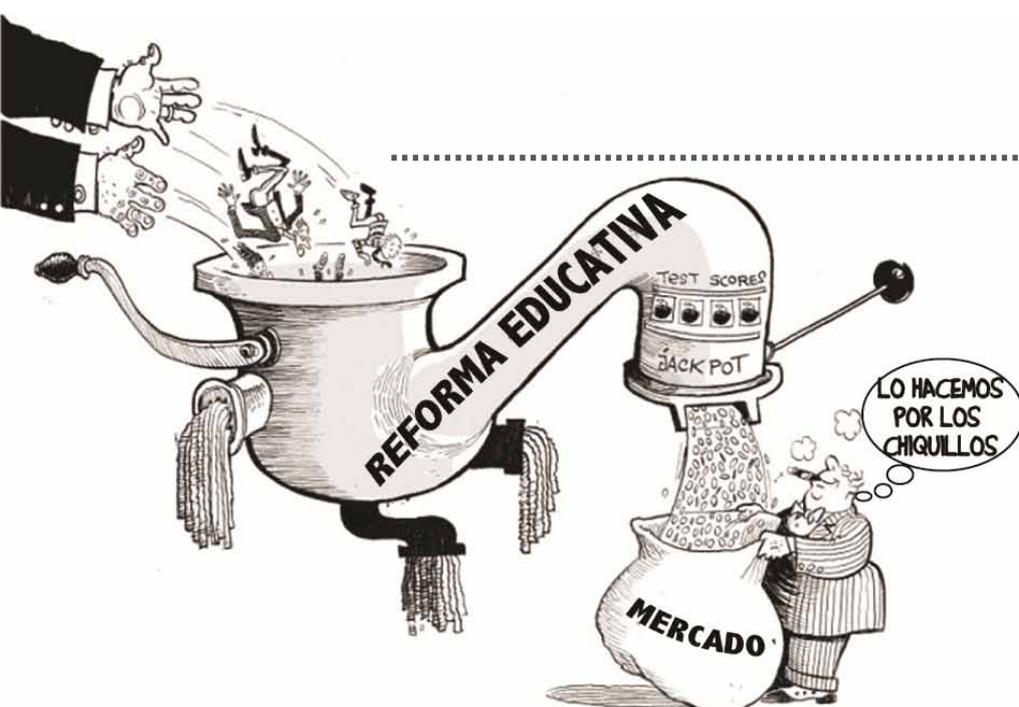
Manifestação estudantil na Colômbia contra a reforma educacional pretendida pelo governo Uribe/Santos (Bogotá, novembro de 2011)

Os modelos de privatização no ensino latino-americano sofreram influência direta dos regimes ditatoriais implantados nos países do continente. Essa ponderação foi feita, no fim de março, pelo pesquisador Antoni Verger, do Departamento de Sociologia da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), que esteve no Brasil para participar do II Seminário Regional sobre a Privatização da Educação. Os debates foram promovidos pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (Clade) e pela *Open Society Foundations*, em colaboração com a Internacional da Educação (IE) e a própria UAB.

Em sua pesquisa, Verger aborda as características que definem a privatização no contexto dos sistemas de ensino. Diante das crescentes tendências de ampliação das políticas e práticas privatistas em âmbito mundial, ele considera fundamental a atuação da sociedade civil, não apenas de resistência, mas também na articulação de propostas que visem aprimorar a educação pública.

Um dos exemplos mais significativos é o do Chile, já abordado em outras edições da CONTEÚDO. Há mais de 30 anos o Chile convive com um mecanismo polêmico de financiamento da educação, implementado pela ditadura do general





Augusto Pinochet, em que o governo oferece subsídios para o pagamento das mensalidades escolares, num sistema de *vouchers*: o dinheiro é repassado na forma de um documento, uma espécie de vale, que os pais apresentam ao colégio, público ou privado, onde desejam matricular o filho. Na disputa por mais estudantes (e mais recursos), as escolas seriam obrigadas a melhorar a “qualidade” do ensino ofertado.

As escolas do país foram separa-

das em três grupos: as públicas, que foram municipalizadas; as privadas subsidiadas, cujos alunos recebem “abonos” do governo; e aquelas que são totalmente particulares. Essa divisão, porém, levou o Chile a um ensino repleto de contrastes sociais e econômicos, que interferem na qualidade da educação. O objetivo, a princípio, era forçar as escolas, na competição por mais alunos (e, portanto, por mais recursos), a melhorar sua “qualidade”. A competição,

porém, não promoveu melhorias. Como grande parte dos *vouchers* tem preço único e há um índice grande de desigualdade social no Chile, os alunos mais pobres, que exigem mais dedicação, passaram a ser relegados pelas instituições. O que se produziu foi uma educação com uma enorme segregação econômica. Além disso, há um mecanismo perverso denominado “financiamento compartilhado”, o qual permite que, mesmo recebendo subsídios do Estado, os estabelecimentos particulares cobrem um valor adicional.

“Numa reforma como a que se produziu no Chile, tão drástica, tão radical, que introduziu experimento de mercado com a adoção do *voucher* – e naquele momento era inédito que um país fizesse uma reforma em prol do mercado em tal escala –, isso só se pode dar, eu creio, num contexto ditatorial, no qual não haja oposição ou que a oposição seja reprimida para não interferir”, considera o pesquisador.

Foto: <http://www.elmensajero diario.com.ar/>



Manifestação estudantil no Chile

“Numa reforma como a que se produziu no Chile, tão drástica, tão radical, que introduziu experimento de mercado com a adoção do voucher (...), isso só se pode dar num contexto ditatorial, no qual não haja oposição ou que a oposição seja reprimida para não interferir”

Antoni Verger, pesquisador da Universidade Autônoma de Barcelona



É claro que um regime de exceção não é o único contexto em que se adotam modelos privatistas, senão o próprio Brasil teria superado – e não agravado – esse processo com a reabertura política. O fato de o país viver uma democracia, contudo, pode interferir para que as consequências não sejam tão extremas. Nos Estados Unidos, por exemplo, desde que assumiu, o presidente democrata Barack Obama mostrou uma faceta republicana ao dar continuidade a uma reforma educacional iniciada por George W. Bush. As medidas, porém, enfrentam resistência e acusações de que o governo norte-americano se vale de uma suposta crise educacional para orquestrar ataques às escolas, aos professores e aos princípios da responsabilidade pública pela educação pública, servindo aos interesses daqueles que querem privatizar as escolas públicas.

“Em relação a essa reforma que há muitos anos está acontecendo nos Estados Unidos, por ser uma democracia, há muitos pontos de vetos, muita oposição. Com isso, a reforma está avançando de forma

muito pontual em determinados estados e municípios, mas não consegue ter essa envergadura que adquiriu no Chile, precisamente porque havia uma ditadura”, explica Verger.

O mesmo se dá na Colômbia, onde o governo criou as “escolas de concessão”, bem próximas às chamadas *charter schools*, que surgiram no início da década de 1990, nos Estados Unidos, onde a cultura comunitária e associacionista favoreceu o modelo. Geralmente, essas instituições, embora pertencentes ao Estado, são geridas por entidades privadas e financiadas pelo sistema público, cujo funcionamento é autorizado a partir da apresentação de um projeto educativo (pedagógico e financeiro-administrativo). Qualquer semelhança não é mera coincidência, já que o modelo tem avançado no Brasil.

No caso colombiano, os contratos são feitos apenas com organizações sociais sem fins lucrativos (o que se difere do modelo norte-americano). As instituições são escolhidas mediante licitação, para gerir escolas em áreas marginais. Os contratos são celebrados com

no mínimo 12 anos de duração e o governo desembolsa aproximadamente o valor médio que custa um aluno da rede pública.

Mas, segundo Verger, não era exatamente essa a intenção do ex-presidente Álvaro Uribe, que adotou o modelo. “Mesmo na Colômbia, com o governo de Uribe, quando se implantou uma reforma educativa, teve-se o Chile como referência. No entanto, a oposição dos sindicatos e da sociedade civil foi tão forte que somente avançaram nesse modelo de escolas *charter*”, esclarece. “Mas, quando planejaram essa reforma, queriam fazer uma coisa mais parecida com a que aconteceu no Chile; não conseguiram justamente pela atuação importante da oposição.”

Assim, para o pesquisador, combater a privatização requer que a sociedade civil e as entidades sindicais de trabalhadores em educação sejam capazes de ir além da resistência a esse processo e às políticas neoliberais em sentido amplo, mas também que promovam campanhas de sensibilização para que a classe média se engaje de fato na defesa da escola pública. 

Contee promove ato 'A mulher nos anos de chumbo'

Foto: Leandro Freire



A Contee realizou, no dia 28 de março, na Câmara Municipal de São Paulo, o ato “A mulher nos anos de chumbo”, promovido por iniciativa da Secretaria de Gênero e Etnia. A atividade foi realizada no mesmo dia em que a Confederação instaurou a Comissão da Verdade dos Trabalhadores em Educação do Setor Privado de Ensino. Durante a abertura dos trabalhos, a coordenadora-geral da Confederação, Madalena Guasco Peixoto – que compôs a mesa ao lado da coordenadora da Secretaria de Gênero e Etnia, Rita Fraga, do vereador de São Paulo Orlando Silva, da representante da CNTE Selene Michelin e da representante da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CTB Márcia Regina Viotto –, ressaltou a importância

da homenagem às mulheres que lutaram contra a ditadura em defesa da restauração da democracia.

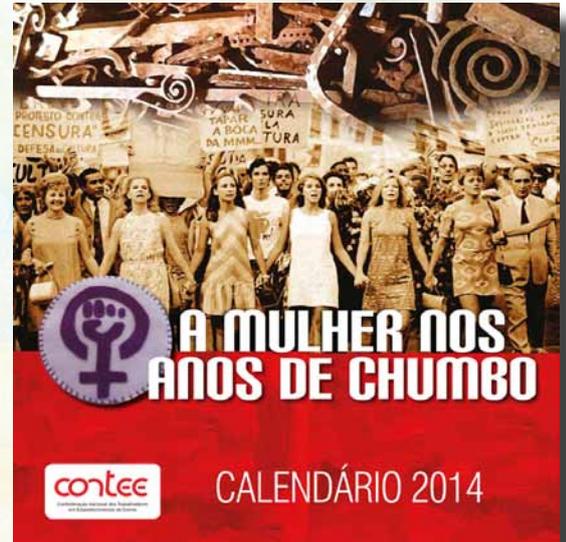
O evento também contou com a presença de Ana Petta, produtora do premiado documentário “Repare bem”, da diretora portuguesa Maria de Medeiros, considerado o melhor longa-metragem estrangeiro do Festival de Gramado de 2013 e vencedor do prêmio internacional Dom Quixote. Emocionando a plateia, o filme, realizado com o apoio da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, dentro do projeto Marcas da Memória, foi exibido durante a atividade promovida pela Confederação, juntamente com o programa especial da TV Contee com depoimentos de algumas mulheres que contribuíram para a resistência ao regime. 

Assista ao programa especial da TV Contee na página da Contee <http://contee.org.br>. O vídeo está acessível pelo link: <http://migre.me/jcvGW>



Calendário especial homenageia mulheres que lutaram contra a ditadura

Foto: Leandro Freire



Um calendário registra a passagem do tempo e as datas que entraram para a história. Por isso, a Contee lançou, no dia 28 de março, durante o evento “A mulher nos anos de chumbo”, um calendário-livreto especial em homenagem à resistência feminina à ditadura. Numa proposta peculiar e inovadora, a publicação começa propositalmente pelo mês de março, a fim de marcar tanto as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher quanto as reflexões sobre os eventos iniciados no terceiro mês de 1964 e que culminaram, no dia 1º de abril daquele ano, no golpe que subjugou o Brasil a uma violenta ditadura de mais de duas décadas.

Por si só, o aniversário de 50 anos do golpe convoca a um debate profundo acerca daquelas pessoas que lutaram incansavelmente pela restauração da democracia no Brasil. Mais do que isso, porém, a Contee, que tem, desde sua fundação, um histórico de luta no combate à discriminação da mulher e em defesa da emancipação feminina, propôs, através do calendário, uma consideração atenta a respeito do acirramento da opressão de gênero no Brasil em função do golpe militar. Soldados, delegados, sargentos e as mais diversas autoridades, protegidos pela clandestinidade dos centros de tortura, desfrutaram do poder de “ensinar” às prisioneiras o lugar que lhes era reservado na velha ordem mundial. E a coragem com que as prisioneiras enfrentaram a tortura indignava seus torturadores, irritados por elas não se

humilha-rem diante da suposta superioridade da farda, das armas e da força masculina.

Violências de todos os tipos, inclusive sexual, foram cometidas contra mulheres durante a ditadura militar e atingiram não apenas aquelas diretamente envolvidas no conflito, mas também as que participaram de movimentos de resistência e aquelas cujos familiares foram vítimas de perseguição política, mortos ou que seguem, ainda hoje, desaparecidos.

Assim, no calendário que, como o evento, também foi intitulado “A mulher nos anos de chumbo”, a Contee mostra, através de fragmentos das histórias de algumas mulheres que ousaram enfrentar a ditadura, como foi a atuação feminina na resistência ao regime de repressão. Além disso, o espaço que deveria, pela lógica, ser destinado aos meses que antecedem março – janeiro e fevereiro – foi dedicado ao registro de algumas daquelas que morreram na luta pela democracia e que, dessa forma, ainda estão vivas na história do povo brasileiro.

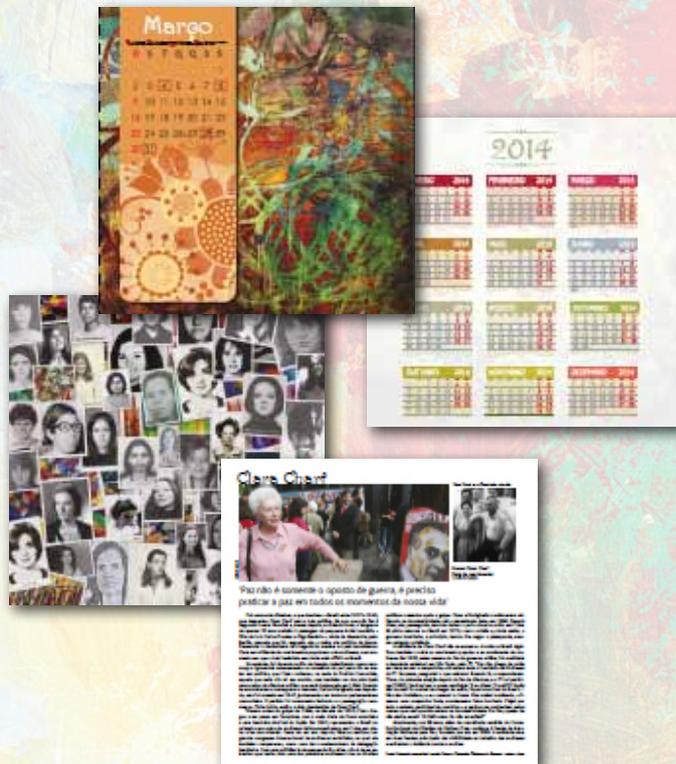
Tantas foram as vítimas do regime militar brasileiro que apenas 365 dias não seriam suficientes para honrá-las. Nas páginas da publicação, portanto, estão presentes apenas alguns exemplos de guerreiras, escolhidas pela diversidade de experiências – nas prisões ou nas ruas,

com seus próprios nomes ou na clandestinidade, sob tortura ou no exílio, em suas cidades natais ou fora do Brasil cumprindo tarefas partidárias – que remetem ao mesmo comprometimento com a democracia.

Embora milhares de histórias ainda restem para serem contadas, no cerne de cada um dos exemplos escolhidos pela Confederação, um diferente do outro, enxerga-se a forma como o machismo é parceiro direto do autoritarismo, contribuindo para sustentar as formas mais cruéis de poder político e opressão. Para combatê-las, exige-se, de homens e mulheres, igualdade também na coragem, no idealismo e no amor à liberdade. Assim, por meio desses fragmentos, a Contee presta sua homenagem a todas aquelas que ousaram enfrentar o regime. 

Acesse o calendário “A mulher nos anos de chumbo” pelo link:

<http://contee.org.br/contee/documentos/calendario/>



Confederação participa de ato em honra dos militantes que combateram a repressão

Após instaurar a Comissão da Verdade dos Trabalhadores em Educação do Setor Privado de Ensino, a Contee foi um dos atores políticos que tomaram o Teatro da Universidade Católica (Tuca), em São Paulo, no dia 2 de abril, numa grande homenagem aos milhares de militantes que durante os 21 anos de ditadura militar resistiram e enfrentaram a opressão em prol da liberdade e da justiça. A Confederação foi representada por sua coordenadora-geral, Madalena Guasco Peixoto, que, além de professora da PUC, onde foi realizado o ato, é também personagem de luta contra o regime.

Durante o ato, foi inaugurado o monumento Nunca Mais, em homenagem aos mortos e desaparecidos no período de 1964 a 1985. Além de homenagear a resistência, as mais de 600 pessoas que lotaram o Tuca – espaço extremamente simbólico, por ter sido destruído pelos militares em 1977 diante de centenas de estudantes – exigiram abertura dos arquivos da ditadura militar, a identificação e punição dos torturadores, o esclarecimento da morte dos desaparecidos políticos e a revisão da Lei de Anistia, que atualmente protege os criminosos daquele período. Direito à memória, liberdade e justiça foi a pauta que unificou os movimentos sociais, partidos políticos, artistas, intelectuais e ativistas dos direitos humanos presentes.

Apresentado pelo ator e militante político Sérgio Mamberti, a atividade começou justamente homenageando os alunos e professores da PUC – entre os

quais Madalena – que no período da ditadura militar resistiram e lutaram por liberdade. Para emoção do público, foi feita a transmissão do histórico discurso do presidente João Goulart na Central do Brasil em 13 de março de 1964, quando foram anunciadas as reformas de base. Foi feita ainda uma homenagem aos artistas de resistência, entre os quais marcou presença o poeta amazonense Thiago de Mello, além de um ato em honra de Dom Evaristo Arns e de uma apresentação do coral Martin Luther King, que instigou o público a se levantar e cantar, com o punho esquerdo cerrado, a Internacional.

Com informações do Portal Vermelho



Foto: Arquivo pessoal

Na pauta positiva

Revisão da Lei de Anistia avança no Senado

A revisão da Lei de Anistia, de 1979, ganhou força em abril com a aprovação pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Projeto de Lei do Senado (PLS) 237/2013. O texto, apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), permite que militares e civis responsáveis por graves violações de direitos humanos sejam punidos por seus crimes. A proposta foi colocada em pauta a pedido dos integrantes da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, que apoiam campanha da Anistia Internacional pela punição dos crimes da ditadura militar (1964-1985).

O projeto segue agora para exame das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conforme o artigo 1º do projeto, “não se incluem entre os crimes conexos [definidos pela Lei de Anistia] aqueles cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas que, de qualquer forma, se opunham ao regime de governo vigente no período por ela abrangido”.

De acordo com Randolfe Rodrigues, o objetivo da proposta é superar o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 de que crimes como tortura, sequestro e homicídio cometidos durante o regime militar sejam considerados conexos aos crimes políticos e, portanto, abrangidos pela Lei de Anistia. Uma nova ADPF também foi protocolada pelo PSOL junto ao STF neste mês, solicitando a revisão da lei.

Com informações da Agência Senado





Jovens mobilizados por igrejas prestam-se ao papel de “claque” contra avanços do PNE

Desafios para a nossa luta

PNE é contaminado por pensamento conservador, intolerante e privatista

Resquícios do conservadorismo, da intolerância e do pensamento privatista – herdeiros diletos da ditadura militar – foram aprovados pela Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara dos Deputados. O primeiro, que representa um imenso retrocesso em termos de direitos humanos, diz respeito à supressão do dispositivo que assegurava, como uma das diretrizes do PNE, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Por 15 votos a 11, a Comissão Especial sucumbiu à intensa pressão de setores religiosos conservadores que passaram sessões e mais sessões bradando por “Educação sim, gênero não”. Fosse novamente 1964, certamente

essas seriam palavras de ordem da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

O outro prejuízo se refere à rejeição pelo colegiado, por 11 votos a oito, do destaque que pedia a supressão, do texto, do dispositivo enxertado pelo Senado e acatado pelo relator Angelo Vanhoni (PT-PR) permitindo a contabilização, na meta 20 do PNE – justamente a que assegura a totalidade dos investimentos de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação pública –, de ações como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronec), além de matrículas em creches e pré-escolas conveniadas.

O problema não são os programas em si, cujo papel na amplia-

ção do acesso ao ensino superior e médio profissionalizante, sobretudo aos filhos dos trabalhadores, é mais do que reconhecido pela Contee. Entretanto, a Confederação compreende que eles constituem medidas emergenciais e transitórias, que não substituem a necessidade premente de investimento público na educação pública nem tampouco podem ser responsáveis pela diminuição da aplicação desses recursos onde eles são, de fato, necessários. A continuidade de repasses indiscriminados para o setor privado continua a contribuir para o sucateamento da educação pública, herdado do regime militar (leia mais na reportagem de capa). Como os dois pontos ainda serão apreciados pelo Plenário da Casa, a Contee ressalta a importância da mobilização para tentar revertê-los. 



LIVROS



Brasil nunca mais - um relato para a história

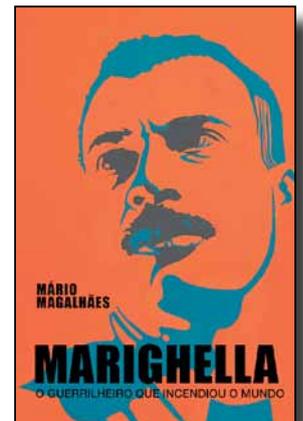
Autor: Paulo Evaristo Arns e equipe
Editora: Vozes

Lançado em 1985, o livro traz o dossiê mais completo da tortura e dos torturadores que escreveram a página mais sombria dos 25 anos da ditadura civil-militar. O grupo de especialistas dedicou-se durante oito anos a reunir cópias de mais de 700 processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar, entre abril de 1964 e março de 1979. O resumo dessa pesquisa representa um relato doloroso da repressão e tortura que se abateram sobre o Brasil.

Marighella - O guerrilheiro que incendiou o mundo

Autor: Mário Magalhães
Editora: Cia. das Letras

O jornalista Mário Magalhães escreveu a biografia completa do inimigo número um dos militares: o comunista Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) e guerrilheiro de fama mundial. A narrativa percorre a vida, a obra e a militância do controverso mulato baiano que foi deputado federal, poeta e estrategista da guerrilha no Brasil. Passagens pela prisão, resistência à tortura, assaltos a bancos (e a um trem pagador), tiroteios, espionagem internacional, tudo é apresentado em ritmo de thriller, com revelações desconcertantes.



Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)

Editora: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois

O livro abarca, basicamente, os depoimentos de militantes que pertenceram à Ação Popular (AP) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), duas organizações de origens diferentes que se aproximaram no final da década de 1960, processo que culminaria na incorporação da AP ao PCdoB, em 1973.



LIVROS



1968: o ano que não terminou

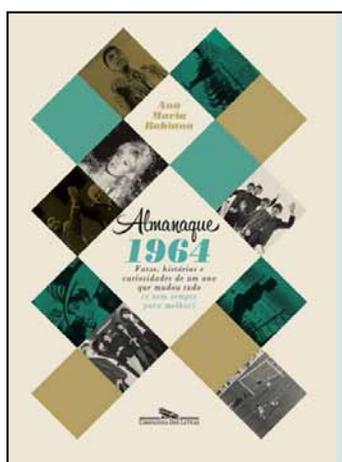
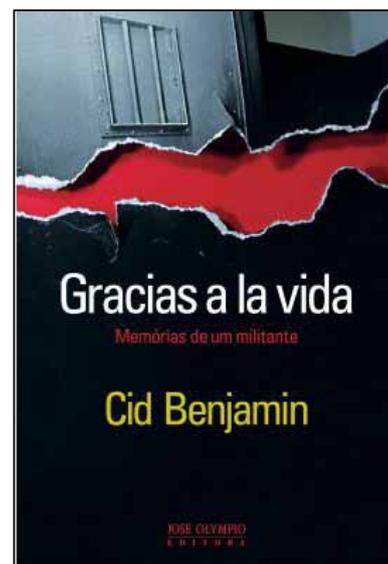
Autor: Zuenir Ventura
Editora: Objetiva

O jornalista Zuenir Ventura consegue capturar o espírito da época e conduz o leitor para o contexto do ano fundamental para a história do Brasil e do mundo – ano no qual, em dezembro de 1968, foi decretado o AI-5. O livro traz de volta um período crucial da história brasileira e conta como transcorreu no país o ano que, por todo o mundo, iria se tornar lendário por conta de manifestações estudantis contra o sistema: sob a ditadura militar estabelecida em 1964 e sua repressão. Publicado originalmente em 1988, o livro aborda a conjuntura e os aspectos políticos, sociais e culturais de um ano que marcou a história.

Gracias a la vida – memórias de um militante

Autor: De Cid Benjamin
Editora: José Olympio

Este livro pode ser lido como uma antítese à obra de Fernando Gabeira, “O que é isso, companheiro?”, uma vez que ambos eram militantes do MR-8. Cid foi um dos mentores do sequestro do embaixador norte-americano, mas, diferentemente de Gabeira, sempre se posicionou à esquerda.



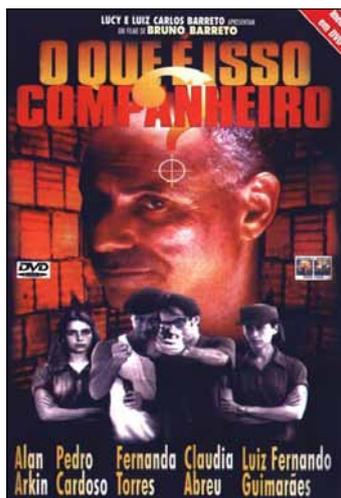
Almanaque 1964

Autora: Ana Maria Bahiana
Editora: Cia. das Letras

Leitura leve, em estilo almanaque pop. Em vez de armas e conspirações, a jornalista fala de Nara Leão, Bob Dylan, Glauber Rocha e Rolling Stones, entre outros artistas que deram o tom à vida cultural dos anos 1960.



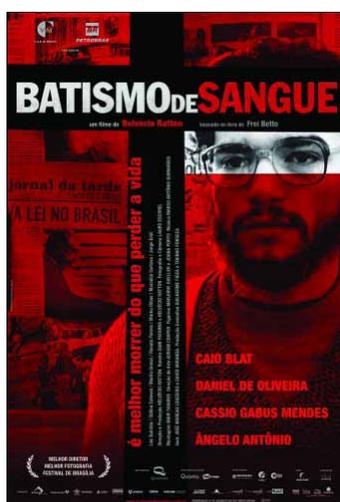
FILMES



O que é isso, companheiro?

Dirigido por Bruno Barreto
Com Alan Arkin, Fernanda Torres e Pedro Cardoso
Gênero: Drama
Nacionalidade: Brasil

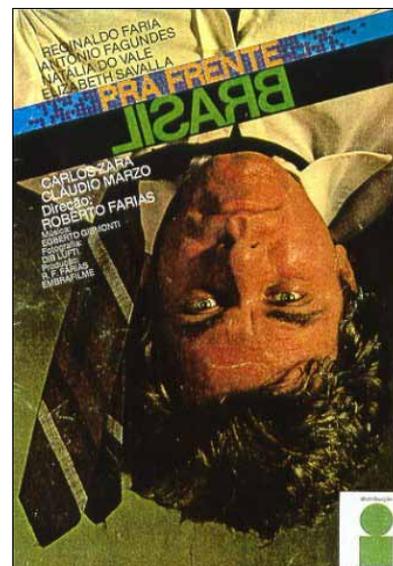
Este é o maior sucesso entre os longas-metragens que tratam do período. Baseado no livro de Fernando Gabeira, concorreu ao Oscar de filme estrangeiro e é focado no episódio do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick.



Batismo de sangue

Dirigido por Helvécio Raton
Com Caio Blat, Daniel de Oliveira e Cássio Gabus Mendes
Gênero: Drama
Nacionalidade: Brasil

Baseado no livro homônimo de Frei Betto, lançado em 1983, o filme aborda a ação dos dominicanos em apoio à Ação Libertadora Nacional (ALN) e a crueldade da tortura. Um dos frades, Tito, suicidou-se em decorrência dos maus tratos infligidos pelo delegado Sérgio Fleury.



Pra frente, Brasil

Dirigido por Roberto Farias
Com Reginaldo Faria, Antônio Fagundes e Cláudio Marzo
Gênero: Drama
Nacionalidade: Brasil

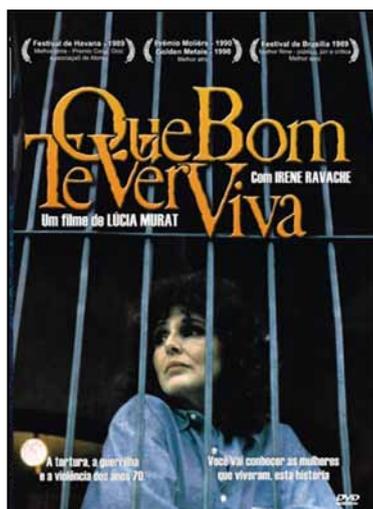
Um dos primeiros longas-metragens sobre o tema, foi rodado ainda na ditadura, graças ao processo de abertura política. A trama de ficção retrata a repressão e o clima de euforia com a conquista da Copa do Mundo de 1970, no México. O filme levou à demissão do então presidente da Embrafilme, Celso Amorim, atual ministro da Defesa.



Cabra marcado para morrer

Dirigido por Eduardo Coutinho
Com Eduardo Coutinho, Ferreira Gullar e Tite de Lemos
Gênero: Documentário
Nacionalidade: Brasil

O documentário sobre a vida da família do camponês João Pedro Teixeira, assassinado por capangas de latifundiários em 1962, foi interrompido com o golpe em 1964. Retomado em 1981, depois de Coutinho ter escondido os negativos da repressão, o longa é um símbolo dos anos de chumbo e da volta da democracia.



Que bom te ver viva

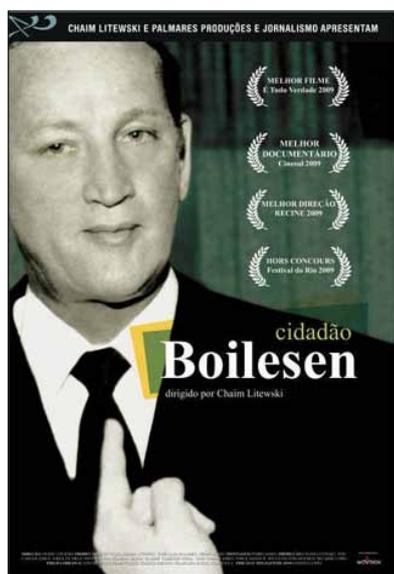
Dirigido por Lucia Murat
Com Irene Ravache
Gênero: Drama/Documentário
Nacionalidade: Brasil

Militante de esquerda, a diretora foi torturada e sua obra é marcada por essa experiência. O documentário traz depoimentos de oito mulheres que optaram pela luta armada. A atriz Irene Ravache é uma espécie de alterego de Lucia Murat.

Em busca de Iara

Dirigido por Flávio Frederico
Gênero: Documentário
Nacionalidade: Brasil

Mariana Pamplona, sobrinha da militante Iara Iavelberg, é autora do roteiro e fez as entrevistas sobre a trajetória da guerrilheira e companheira de Carlos Lamarca, ícone da esquerda. O filme mostra que Iara não cometeu suicídio, conforme concluíram inquéritos oficiais, mas foi assassinada.



Cidadão Boilesen

Dirigido por Chaim Litewski
Gênero: Documentário
Nacionalidade: Brasil

Através de diversos depoimentos, o documentário revela as ligações de Henning Albert Boilesen (1916-1971), presidente do famoso grupo Ultra, da Ultragaz, com a ditadura militar. Seu apoio, assim como de muitos outros empresários, financeiro ao movimento de repressão violenta e também a sua participação na criação da temível Operação Bandeirante (Oban), espécie de pedra fundamental do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

A valorização de quem
trabalha com a educação
começa por você.

Sindicalize-se!

Quem quer melhores
condições de trabalho
e salário, vem com a gente.

Sindicalize-se!

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

Pense coletivo

Sindicalize-se!

Reconhecimento, valorização
e melhores condições de trabalho
não se ganha. Conquista-se.

Sindicalize-se!



D3

educação não é mercadoria



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

www.contee.org.br